

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça esvazia tese de Flávio Bolsonaro que tenta anular provas da "rachadinha" 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei Anticorrupção completa 7 anos em vigor com entraves 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Falha no sistema da Receita Federal impede emissão de certidão fiscal 9

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro reforça a rede de blindagem 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ação no STF pode custar R\$ 86,9 bi 12

MEIO NORTE - PI - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

STF valida acordo sobre perícias médicas 13

O TEMPO - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Raio x da reforma tributária 14

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
SEGURIDADE SOCIAL

Benefício deverá ser retomado 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

13º e INSS podem ajudar a quitar dívidas com o fim do auxílio emergencial 16

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Otimismo efêmero (2) 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Ampliação do Bolsa Família pode ser alternativa 20

DEZ MINUTOS - AM - SEU BOLSO
SERVIDOR PÚBLICO

Majoria dos brasileiros apoia avaliação dos servidores 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Começa o teste de fidelidade 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Auxílio é importante, mas com responsabilidade" 24

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS de combustíveis só muda com reforma - MAIS ECONOMIA 27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As manobras de Bolsonaro para difundir o uso da cloroquina 29

A GAZETA - MT - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conciliação fiscal além dos números (2) 31

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo enviará ao Congresso projeto que fixa ICMS 32

O ESTADO - CE - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso analisará projetos que tentam prorrogar auxílio 33

O ESTADO - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Salvação da economia em 2021 - ECONOMIA 34

O TEMPO - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tamanho limita mudanças 35

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Gestão patológica (3) 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Os obstáculos para a retomada da economia - SERGIO LAMUCCI 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Independência do BC está nas mãos de Arthur Lira (3) 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Tereza torna-se opção para vice de Bolsonaro em 2022 41

Justiça esvazia tese de Flávio Bolsonaro que tenta anular provas da "rachadinha"

Ranier Bragon - Brasília

Autor de uma representação usada pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) como peça-chave para tentar anular provas do caso das "rachadinhas", um grupo de cinco auditores fiscais do Rio de Janeiro suspeitos de enriquecimento ilícito tem sofrido sucessivas derrotas judiciais na tentativa de fazer valer a tese de que tiveram seus dados acessados ilegalmente.

A partir de agosto do ano passado, advogados do filho do presidente usaram o caso para entrar em contato com órgãos federais, como a Presidência da República, o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), além de acionar a PGR (Procuradoria-Geral da República).

A hipótese relatada ao governo e à PGR é que dois órgãos da Receita no Rio - o Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal (Escoro7) e o Escritório de Pesquisa e Investigação da 7ª Região Fiscal (Espeio7)- podem ter acessado criminosamente os dados fiscais do senador e embasado, por caminhos extraoficiais, a produção do relatório do Coaf (órgão de inteligência financeira) que originou, em 2018, a investigação contra Flávio.

Alvo dos auditores investigados e da família Bolsonaro, o então chefe do Escoro Christiano Paes Leme Botelho, acabou exonerado em dezembro.

Duas advogadas de Flávio, Luciana Pires e Juliana Bierrenbach, chegaram a se encontrar em agosto com Jair Bolsonaro, no gabinete da Presidência da República, para relatar a versão. A reunião contou com as presenças do general Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI, e Alexandre Ramagem, diretor-geral da Abin.

Em documento entregue às autoridades federais e à PGR, a defesa de Flávio escreve que os escritórios de corregedoria e inteligência da Receita no Rio "vêm rotineiramente alimentando, informalmente, os demais órgãos de controle com dados sensíveis e sigilosos para, no momento oportuno, investigar os alvos escolhidos e devassados previamente".

O texto diz causar espanto que as "irregularidades

perpetradas pelo Escoro7" não tenham sido alvos de reportagens ou de investigação das autoridades.

Em 2018, os cinco auditores investigados formalizaram as acusações contra Paes Leme Botelho e outros três colegas do Escoro7 no Sindifisco, o sindicato nacional dos auditores fiscais, o que gerou um processo de desfiliação dos integrantes da corregedoria.

Durante as últimas semanas, a Folha analisou dezenas de decisões judiciais e documentos internos de processos disciplinares da Receita, alguns deles sigilosos, entrevistou auditores e seus advogados, além de procurar os órgãos públicos envolvidos -e o cenário encontrado é diverso do que tentam fazer crer Flávio e seus advogados.

As investigações contra os auditores foram parar na Justiça e, por enquanto, as principais decisões têm sido favoráveis à corregedoria da Receita.

É o caso de Eduardo Afonso do Ramo, que teve a sua demissão do cargo público por ato de improbidade administrativa publicada em 11 de abril de 2019. Tanto ele quanto a mulher tentaram anular a quebra de seus sigilos bancários autorizada pela Justiça, mas a medida foi mantida por decisões do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) e do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Um dos argumentos de Afonso do Ramo, que também é usado por outros auditores, é o de que seus dados sigilosos foram acessados pelo Escoro7 antes da chegada de denúncia anônima segundo a qual o auditor levava uma vida incompatível com seus rendimentos, com constantes viagens ao exterior e uso de caminhonete de luxo. Segundo o auditor, isso foi um claro indicativo de que a denúncia foi fabricada pelos próprios corregedores.

"O simples fato de ter havido consultas a dados do demandante no sistema interno da **Receita Federal** não significa, por si só, que o servidor estava sofrendo perseguições, tampouco é suficiente para atribuir ao servidor que realizou a consulta a autoria da denúncia anônima que deflagrou a investigação", decidiu o TRF-2.

O tribunal rejeitou apelação do casal em agosto de

2020. Recurso especial contra esse acórdão também foi negado pelo ministro Herman Benjamin, do STJ, em dezembro de 2017. Afonso do Ramo tenta ainda anular a demissão por meio de um mandado de segurança no STJ. A ministra Regina Helena Costa negou o seu pedido de liminar. O mérito ainda não foi julgado.

Seu advogado de defesa, Carlos Eugênio de Lossio e Seiblitz Filho, disse à Folha que o processo disciplinar "é uma fraude urdida dentro do Escoro7". "Ele é vítima do mesmo grupo criminoso sobre o qual a defesa do senador Flávio Bolsonaro está agora jogando luz", afirmou.

Outro dos auditores é Glauco Octaviano Guerra, que chegou a ser preso em 2020 na Operação Mercadores do Caos, suspeito de integrar esquema de desvio de verbas na aquisição de respiradores pelo governo do RJ durante a pandemia.

Guerra tem contra si a recomendação do Escoro7 de demissão sob a acusação de construção de uma casa no valor de R\$ 505 mil no Recreio dos Bandeirantes, bairro na zona oeste do Rio, com dinheiro de origem não comprovada.

O auditor entrou com ação para anular a investigação, mas a sentença de novembro assinada pelo juiz Eduardo Rocha Penteado, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, rejeitou o pedido. Guerra afirma que a casa pertence aos sogros, mas em sua sentença o juiz lista depoimentos do vendedor e do contador contradizendo o auditor, além de relatar que débitos nas contas dos sogros no mesmo período somaram apenas R\$ 65 mil.

O juiz diz ainda que Guerra afirmou na ação que os sogros é que deveriam ser penalizados. "Afasto tal alegação, considerando que se constatou que houve simulação no negócio de compra e venda, sendo o real proprietário do imóvel o autor [Guerra], que residiu no imóvel com sua esposa e filhos, permanecendo os sogros residindo em um apartamento localizado em prédio humilde, em Madurara." O advogado de defesa de Guerra, Cláudio Serpa da Costa, afirmou que a investigação foi ilegal e que a casa é do sogro de seu cliente.

Outro auditor investigado é Antonio Sebastião Leonel Gomes Marsiglia Júnior, que tentou por meio de dois recursos anular a quebra do seu sigilo bancário pela 7ª Vara Federal do IdO. Ambos foram rejeitados pelo TRF-2.

Em uma das decisões, o juiz Marcelo Pereira da Silva escreveu que "em se tratando de servidor público que atua como auditor fiscal da **Receita Federal**", afigura-

se inadmissível a "recalcitrância" em prestar as informações necessárias ao esclarecimento de indícios de variação patrimonial incompatível.

Marsiglia Jr. disse à Folha que não houve recalcitrância e que não abriu suas informações bancárias por não confiar na imparcialidade do Escoro7, visto que afirma ter sido alvo de quatro investigações patrimoniais anteriores sem que saiba o desfecho que tiveram. Ele afirma que a movimentação tida como suspeita se refere a operações em Bolsa de Valores, atividade sem qualquer relação com a função pública e que ele desempenha desde antes de ingressar na Receita.

Marsiglia entregou à Folha cópias de comprovantes - que havia encaminhado aos investigadores- de ganhos, entre outros, de R\$ 690 mil na compra e venda de um lote de ações da Gerdau, emaos, e de R\$ 1,26 milhão de dividendos pagos em dez anos por empresas negociadas na Bolsa.

Os outros dois auditores investigados são Luiz Cesar Noronha Nardine Marcelo Liporace Dona to. O primeiro teve o sigilo bancário quebrado em junho de 2019 pela 3ª Vara Federal do Rio. Em relação ao segundo, a 20ª Vara Cível do DF julgou em agosto improcedente seu pedido para anular a investigação da Receita.

Na sentença, a juíza Liviane Kelly Soares Vasconcelos afirmou não ver provas de que a denúncia anônima que embasou a sustentação tenha decorrido de ação irregular dos agentes públicos, além de considerar irrelevante a sua origem.

Neste caso, um mês antes da chegada da denúncia anônima à Receita houve um email do chefe do Espeioy para o chefe do Escoro7 tratando de investigação sobre o imóvel em nome do pai do auditor.

O advogado de Nardin -Sei-blitz Filho, o mesmo de Afonso do Ramo- negou as acusações e destacou que a cor-regedoria usa nos pedidos de quebra de sigilo até hipotéticos gastos de cartão de crédito dos filhos dos suspeitos.

O advogado de Liporace Do -nato -Cláudio Serpa da Costa, o mesmo de Marsiglia e de Guerra- afirmou que o caso tem como base denúncia anônima forjada pelo Escoro7 e que irá provar isso.

A representação dos auditores ao Sindifisco chegou a ser encampada pela gestão anterior e analisada por um Conselho de Árbitros, que aprovou relatório recomendando a exclusão do chefe do Escoro7 Paes Leme Botelho, e de outros integrantes da corregedoria

dos quadros do sindicato sob o argumento de que eles cometeram irregularidades nas investigações. Em ofício ao sindicato, Paes Leme Botelho disse que as acusações eram "injuriosas e frágeis".

Sob nova gestão, o Conselho de Delegados Sindicais do Sindifisco decidiu, em janeiro de 2020, não analisar o mérito da questão por considerar que o sindicato não era a instância adequada.

A movimentação do Sindifisco levou a corregedoria-geral da Receita a acionar a CGU (Controladoria-Geral da União) contra o que considerou tentativa de intimidar os auditores do Escoroy. Houve abertura de um PAR (Processo Administrativo de Responsabilização), que se encontra em fase final e está sob sigilo.

O Sindifisco disse que "qualquer filiado pode representar outro filiado" e que os representados reagiram "a uma possibilidade teórica que jamais foi colocada em prática na história do sindicato, uma expulsão".

Flávio foi denunciado no caso das "rachadinhas" sob acusação de liderar organização criminosa que recolhia parte dos salários de alguns de seus assessores na Assembléia do Rio, em esquema operado por Fabrício Queiroz, amigo do presidente Jair Bolsonaro.

O GSI e a Abin confirmaram em manifestações ao Supremo Tribunal Federal, que investiga o envolvimento do governo na defesa de Flávio, o encontro com advogadas do senador, no gabinete presidencial.

Helena e Ramagem dizem, porém, que não consideraram o caso assunto de segurança institucional e sim um tema de cunho interno da Receita.

A ofensiva de Flávio sobre estruturas do governo foi revelada pela revista Época, que também afirmou que a Abin produziu relatórios para orientar a defesa de Flávio. A agência nega ter feito esses relatórios.

Questionado se há investigação relacionada ao Escoro7 ou Espeio7, o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) disse apenas que "o assunto compete à Auditoria Interna da **Receita Federal**".

A Receita afirmou que por se tratar de assuntos internos não irá se manifestar.

A defesa de Flávio e o senador não responderam às perguntas enviadas pela Folha.

*

"O simples fato de ter havido consultas a dados do demandante no sistema interno da **Receita Federal** não significa, por si só, que o servidor estava sofrendo perseguições, tampouco é suficiente para atribuir ao servidor que realizou a consulta a autoria da denúncia anônima que deflagrou a investigação" Trecho de decisão do TRF-2 que rejeitou recurso de auditor que dizia ser alvo de perseguição por corregedores do escritório da Receita no Rio

Entenda o caso

Sindifisco aponta irregularidades

Em dez.2017, a gestão anterior do Sindifisco, o sindicato nacional dos auditores da Receita, encaminhou ofício à corregedoria do então Ministério da Fazenda afirmando haver irregularidades praticadas por corregedores do escritório da Receita no Rio, o Escor07, que estariam violando direitos constitucionais de auditores investigados sob suspeita de enriquecimento ilícito

Auditores representam contra Escor07

Em jul.2018, cinco auditores investigados, Antonio Sebastião Leonel Gomes Marsiglia Júnior, Eduardo Afonso do Ramo, Glauco Octaviano Guerra, Luiz Cesar Noronha Nardin e Marcelo Liporace Donato, formalizam no Sindifisco representação contra a chefia do Escor07, apontando 15 supostas irregularidades, entre elas a fabricação, pelos próprios corregedores, de denúncias anônimas para embasar apurações contra desafetos

Conselho aprova desfiliação de chefe do Escor07

Em jul.2019, Conselho de Árbitros do Sindifisco aprova relatório sugerindo a desfiliação do chefe do Escor07, Christiano Paes Leme Botelho, e de três outros integrantes da corregedoria, por afronta a princípios do sindicato

Nova gestão não prossegue com o caso

Em jan.2020, sob nova gestão, o Conselho de Delegados Sindicais decide, por 65 votos a 5, não analisar o relatório do Conselho de Árbitros por considerar não ser o Sindifisco o foro adequado

Defesa de Flávio usa caso dos auditores como prova em seu favor

Em ago.2020, a defesa de Flávio Bolsonaro procura Presidência, GSI e Abin e usa o caso dos auditores

como prova de que haveria na corregedoria da Receita no Rio um esquema de acesso ilegal de dados de desafetos, o que embasou a produção do relatório do Coaf que deflagrou a investigação de "rachadinha" envolvendo o filho do presidente

Justiça nega ação de auditor

Em nov.2020, um dos auditores suspeitos de enriquecimento ilícito tem negada pela Justiça Federal no DF ação em que pedia a anulação de sua investigação, em mais um exemplo da série de derrotas judiciais dos investigados na tentativa de questionar o trabalho do Escor07

Órgãos do governo confirmam encontro com defesa de Flávio, mas negam ajuda

Em dez.2020, o GSI e a Abin confirmam formalmente à ministra Cármen Lúcia, do STF, terem se encontrado com a defesa de Flávio, no gabinete da Presidência, para que fosse relatado a eles as supostas irregularidades do Escor07 e do Espei07 contra o senador. Dizem, porém, que não tomaram nenhuma atitude concreta por não ver ameaça institucional à família do presidente, mas sim uma questão interna da Receita

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

31

Lei Anticorrupção completa 7 anos em vigor com entraves

Raquel Lopes - Brasília

A aplicação da Lei Anticorrupção, que em janeiro completou sete anos em vigor, apesar de ser um mecanismo importante que prevê a responsabilização de pessoas jurídicas no âmbito civil e administrativo, ainda sofre resistência de regulamentação em alguns estados.

A lei permite que União, estados e municípios apurem denúncias de empresas envolvidas em fraudes de contratos públicos e criminalizem as companhias que cometerem atos ilícitos contra a administração pública.

Levantamento realizado pela Folha mostra que, das 27 unidades da Federação, 19 homologaram a lei e passaram a usá-la. Desse total, em 15 estados foram abertos PAR (Processos Administrativos de Responsabilização). A conclusão de ao menos um processo ocorreu em oito estados.

Para parte dos governos estaduais que a utilizam com frequência, a percepção é que ainda existem barreiras na aplicação. O motivo principal seria a dificuldade de obter os dados do faturamento das empresas para a aplicação de multa.

A lei tem como uma de suas penalidades a cobrança de multas de até 20% do faturamento bruto das empresas. A **Receita Federal** tem negado passar os dados alegando sigilo fiscal e as empresas também têm feito o mesmo em relação ao fornecimento dos dados em alguns locais.

Na avaliação de especialistas, apesar de alguns estados ainda não terem regulamentando a lei, a aplicação tem crescido e mudado o comportamento das empresas. Dizem ainda que, a despeito de algumas barreiras, isso não impede que a lei seja aplicada no país.

A aplicação já atingiu empresas de diferentes setores, como construtoras, fornecedora de material hospitalar, prestadora de serviço de manutenção e concessionárias de rodovias.

Edmar Camata, secretário estadual de Controle e Transparência do Espírito Santo, disse que a maior dificuldade está em obter os dados de faturamento das empresas com a Receita.

No ofício mais recente enviado à controladoria do estado, a Receita alegou sigilo fiscal dos dados e disse que não estaria autorizada a passá-los sem prévia autorização judicial.

"Todas as vezes encaminhamos o ofício, mas a resposta tem mudado desde o segundo semestre de 2020. No início, o órgão demorava para entregar, mas agora parou de fornecer!" A Corregedoria Geral da Administração do Governo de São Paulo também disse que a Receita tem negado a informação com base em sigilo fiscal. Mas utiliza outros mecanismos para calcular a multa.

"A multa é calculada com base em informações fiscais compartilhadas voluntariamente pelas empresas, em suas defesas. Se elas não apresentam os informativos fiscais para a comissão, a multa é estimada por critérios previstos no decreto federal que regulamenta o assunto", disse.

A **Receita Federal** foi procurada, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

Eduardo Girão de Arruda, controlador-geral de Mato Grosso do Sul, disse que no estado a dificuldade na obtenção de dados também ocorre. Mas ele elogia a lei.

"Antes da regulamentação dessa lei, só era punido quem recebia a propina, ou seja, o corrupto. O novo ordenamento fecha essa lacuna e passa a punir e responsabilizar também o corruptor empresarial, resguardando o patrimônio e impedindo que essas empresas continuem a contratar com o poder público." Valdir Simão, ex-ministro da CGU (Controladoria-Geral da União) e vice-presidente do IREE (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa), avalia que a aplicação tem avançado no país, inclusive nos estados.

O que tem faltado ainda, na sua visão, seria a internacionalização da lei em diversos órgãos públicos. Ele explica que a responsabilidade primária de apurar o ilícito é do órgão lesado. A controladoria deve atuar somente quando o órgão não tem condição de tomar providência e em caso de acordo de leniência.

"Eu acredito que a lei pegou. No setor privado há um

movimento interessante de busca de aprimoramento do sistema de controle das empresas com receio de receber multas na prática de ilícitos. Portanto, essa dimensão preventiva está funcionando muito bem e a dimensão de repressiva de apuração de sanções também. Algumas sanções importantes já começaram a ser aplicadas pela CGU e em alguns estados", disse.

Thiago Spercel, sócio do escritório de advocacia Machado Meyer, avalia que a lei mudou o comportamento das empresas. Segundo o advogado, a comunidade empresarial começou a investir em programa de compliance - antes, isso era feito somente por multinacionais.

Valdir Simão acrescenta que não faz sentido a Receita se negar a compartilhar informações alegando sigilo fiscal, mas também não faz sentido deixar de aplicar multa porque não teve acesso aos dados.

"Ainda que não se tenha acesso ao faturamento, o órgão pode utilizar de estimativa para definir a base de cálculo da multa. A fonte originária é a própria empresa, ela tem que fornecer a informação ao órgão sancionador. Um segundo ponto é que os órgãos de informação tributária podem fornecer essa informação, que nos governos seriam as secretarias da Fazenda. E em terceiro lugar cabe ao órgão sancionador estimar o faturamento, existem várias formas de fazer isso." Cecília Mello, sócia do Cecília Mello Advogados e ex-juíza federal no TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3a Região), compartilha da mesma visão.

Ela acrescenta que a Receita não deveria negar os dados aos estados porque o próprio código tributário, ao tratar do sigilo fiscal, abre exceção para autoridades da administração pública com o objetivo de investigar suposta infração.

"É uma questão estranha dos dois lados. Chama a atenção o fato de a Receita antes fornecer as informações e hoje sustentar quebra de sigilo fiscal. A outra parte é que os estados também podem usar de outros parâmetros para fixação da multa." Apesar desses problemas enfrentados pelos estados, a CGU, que também tem o papel de coordenar a rede nacional de corregedorias, afirmou que nunca foi comunicada por elas de que estaria tendo dificuldade de obter os dados dos faturamentos de empresas.

"A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão de assessoramento jurídico do Ministério da Economia, já emitiu parecer a esse respeito, informando da possibilidade de compartilhamento dos dados fiscais para fins de instrução de processos administrativos instaurados com base na Lei Anticorrupção", disse a CGU em nota.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

31

Falha no sistema da Receita Federal impede emissão de certidão fiscal

Laura Ignacio De São Paulo

Problemas no sistema da **Receita Federal** têm dificultado a vida das empresas que precisam de certidão de regularidade fiscal. Há cerca de dois meses, a exigibilidade do tributo não é mais automaticamente suspensa com a apresentação de defesa administrativa contra autuação fiscal. E nem o chat ou a ouvidoria virtual - que substituíram na pandemia o balcão das unidades de atendimento do órgão - estão resolvendo a questão.

Sem a informação que libera a emissão da certidão fiscal, alguns contribuintes são obrigados a recorrer ao Judiciário. O documento é essencial para a participação em licitações, obtenção de empréstimos e a comprovação de conformidade (compliance) para parceiros de negócios, especialmente os estrangeiros.

A Receita controla as cobranças dos contribuintes que estão suspensas com lupa. Conforme o mais recente levantamento (junho de 2020), o total de créditos ativos no país é de R\$ 1,87 trilhão. Desses, 60,6% está com exigibilidade suspensa por processo administrativo, o que equivale a R\$ 1,13 trilhão-R\$ 1,09 trilhão referentes a pessoas jurídicas. A maioria desses créditos é relativa a IRPJ (31,8%), seguido de Cofins (14,7%) e CSLL(12,9%).

Do total de créditos suspensos por processos administrativos, segundo os dados da Receita, 55,05% envolvem contribuintes do Estado de São Paulo e 18,46% do Rio de Janeiro. A maioria refere-se a indústrias de transformação, empresas de atividades financeiras/seguros e de comércio ou reparação de veículos. Juntas, somam R\$ 800 bilhões.

Como determina o Código Tributário Nacional (CTN), entre as hipóteses que suspendem a exigibilidade do crédito estão "as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo" (inciso III do artigo 151). A defesa administrativa é um dos tipos de recurso.

Segundo o tributarista Rafael Vega, do Cascione Pulino Boullos Advogados, a defesa administrativa é importante porque suspende a exigibilidade sem a empresa precisar apresentar garantia do valor em discussão, como é exigido na Justiça. "Agora, quando a empresa abre o extrato on-line, vê a dívida tributária

ainda em aberto. Com isso, não consegue tirar a certidão de regularidade fiscal", diz.

Ao menos dois clientes do escritório já foram prejudicados por causa do problema. Um operador portuário do Rio de Janeiro, afirma, sofreu autuação, em dezembro, de R\$ 200 milhões, protocolou a defesa, mas o débito permanece na chamada conta corrente da Receita. "Como essa empresa é alavancada, periodicamente precisa apresentar comprovante de regularidade fiscal para mostrar aos bancos que é saneada. Algumas semanas sem a exigibilidade suspensa e a empresa já fica de cabelo em pé."

Uma outra empresa, do ramo de autopeças, de Guarulhos (SP), passa pela mesma espera em relação a uma cobrança tributária de aproximadamente R\$ 30 milhões, de acordo com o advogado. "Pelo chat da Receita, criado para o contribuinte não ter que ir até uma unidade, dizem que não podem fazer nada a respeito e encaminham o caso para a ouvidoria. De lá, vem a resposta por e-mail de que a questão será analisada, mas sem dar prazo", afirma Vega.

No escritório TozziniFreire Advogados, a situação não é diferente. Pelo menos dois clientes sofrem com o mesmo problema. "Um deles é uma indústria com oito processos administrativos apresentados, que somam R\$ 1,5 milhão. O outro é uma empresa de serviços de tecnologia que discute uma autuação fiscal de cerca de R\$ 7 milhões", diz o tributarista e sócio da banca Jerry Levers.

Na prática, a indefinição aumenta o peso tributário e dificulta o compliance das empresas, segundo Levers. "Além de ter que arcar com o custo da discussão administrativa, há um custo adicional para controle das certidões porque, em geral, é difícil operar sem o documento", afirma. "Ainda mais em época de pandemia, quando cada real conta", completa o advogado.

A advogada Daniella Zagari, sócia do Machado Meyer, diz que o problema não é novo, já havia ocorrido no passado e, agora, com a pandemia, parece que se intensificou. De acordo com ela, não é incomum a empresa ter que entrar com mandado de segurança na Justiça para conseguir a certidão de regularidade fiscal por causa de falsas pendências que aparecem

no sistema da Receita. "O grande problema é o timing porque a certidão pode ser exigida da empresa imediatamente", afirma.

Daniella lembra ainda que, mesmo dentro do procedimento on-line de renovação do documento, às vezes aparecem como débito em aberto diferenças de valores de **tributos** em relação aos inseridos na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), antes mesmo de ser aplicada autuação fiscal. "Assim, a Receita sempre transfere ao contribuinte o dever de esclarecer que não há pendência, como se ele sempre estivesse com a faca no pescoço", diz.

Por meio de nota, a **Receita Federal** informa que o procedimento de instrução processual e registro nos sistemas requer intervenção manual e, a depender do volume de demandas, pode não ser imediato. "Não obstante, a Administração Tributária possui, por lei, o prazo de dez dias para expedir certidão; prazo este sempre cumprido pela **Receita Federal**", afirma.

Assim, se a certidão de regularidade fiscal da empresa está para vencer, a orientação dos advogados é para que faça um pedido comprovando diretamente, por meio do sistema e-CAC da **Receita Federal**, que a defesa administrativa já foi protocolada. O prazo de validade de cada certidão é de 180 dias.

A Receita, segundo informa na nota, vem evoluindo os seus sistemas para ampliar a automatização. "O sistema e-Defesa, por exemplo, permite a elaboração padronizada de defesas contra notificações de lançamento decorrentes de malha fiscal de Imposto de Renda de Pessoa Física", diz. "E em conjunto com o **Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]**, está sendo implantada uma evolução do sistema e-Processo, que possibilitará indicar as alegações do contribuinte em recursos juntados a processos", acrescenta.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186673?page=1§ion=1

Bolsonaro reforça a rede de blindagem

Em pouco mais de dois anos como presidente, Jair Bolsonaro conseguiu tecer uma rede de aliados na cúpula das principais instituições do país. O resultado das eleições para os comandos das duas Casas do Congresso, vencidas por parlamentares apoiados pelo Palácio do Planalto, foi a costura mais importante de um presidente constantemente preocupado em construir uma blindagem em torno de si.

A chegada de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) às presidências da Câmara e do Senado, respectivamente, reforçou sobremaneira a proteção de Bolsonaro contra possíveis consequências - políticas e jurídicas - de seus atos e de membros de sua família.

Antes de conquistar a cúpula do Congresso, o presidente já havia conseguido posicionar aliados à frente de órgãos como a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Polícia Federal (PF), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a **Receita Federal**.

A vitória de aliados no Congresso ocorre no momento em que aumentam as pressões para que a Câmara dê encaminhamento aos mais de 60 pedidos de impeachment protocolados contra o presidente, a maioria apontando o cometimento de crimes de responsabilidade durante a pandemia da Covid-19.

A rede de proteção em torno de Bolsonaro vem se ampliando à medida que avançam investigações contra ele e seus filhos - o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). No Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente é investigado por suspeita de interferência política na PF, os filhos por disseminação de fake news e o financiamento de atos antidemocráticos.

Na busca para ampliar o círculo de aliados, o presidente também tem se aproximado de policiais de baixa patente. Desde antes da campanha presidencial de 2018, por exemplo, Bolsonaro participa de formaturas desses agentes em todo o país. Paralelamente, dentro dessa mesma estratégia, o Ministério da Justiça deu sinal verde às discussões para embasar dois projetos de lei que, se aprovados no Congresso, abrirão caminho para uma possível subordinação das corporações policiais à União.

A ideia é aproveitar brechas no texto constitucional, segundo o qual as polícias subordinam-se não só aos

estados, mas também à União, pois são forças auxiliares do Exército. Segundo especialistas, caso o projeto discutido pelo ministério se torne lei, o Exército poderá, por exemplo, substituir o comandante da Polícia Militar de determinado estado. Governadores como João Doria (PSDB), de São Paulo, e Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, criticaram a proposta e disseram **temer** que ela atenda às ambições autoritárias do presidente. (Correio Braziliense)

Estilo de governar divide opiniões

Saiba mais...

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2021/02/bolsonaro-reforca-a-rede-de-blindagem.html>

Ação no STF pode custar R\$ 86,9 bi

Um processo em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito das regras do auxílio-doença pode resultar em um impacto de R\$ 86,9 bilhões em 30 anos para o **INSS** e anular uma parcela da economia prevista com a reforma da Previdência. Está em julgamento pela Corte a tese de que trabalhadores possam contar o tempo no qual receberam o auxílio para fins de carência no pedido de outros benefícios, como aposentadoria.

Na prática, a medida pressiona o déficit da Previdência porque permite ao trabalhador contabilizar o período de afastamento como tempo de contribuição efetiva. De acordo com cálculos da Secretaria de Previdência, o aumento da despesa seria de R\$ 19,9 bilhões em dez anos e de R\$ 48,8 bilhões em 20 anos, chegando a R\$ 86,9 bilhões em 30 anos.

CINCO VOTOS A FAVOR

A economia projetada com a reforma da Previdência nas contas do **INSS** é de R\$ 621,3 bilhões em dez anos. No caso das aposentadorias por idade, seria de R\$ 110,7 bilhões no período, e nas por invalidez, de R\$ 78,6 bilhões. Esses dois tipos de benefícios devem ser os mais influenciados pela decisão do Supremo.

A decisão do STF tem repercussão geral, ou seja, vai orientar todas as ações contra o **INSS** em todo o país. Não contaria, no entanto, para benefícios já concedidos.

Atualmente, a Justiça tem decidido a favor dos trabalhadores, desde que o recebimento do auxílio-doença seja intercalado com períodos de contribuição. No entanto, o **INSS** entrou com recurso no STF para reverter esse movimento, com base na reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019. Ela proíbe a contagem do chamado tempo ficto, em que não há contribuição efetiva, para a concessão de benefícios.

No recurso, o **INSS** alega ainda que a Constituição proíbe a concessão de benefícios sem indicação da fonte de custeio. O processo que chegou ao STF se refere a uma ação de uma segurada que solicita aposentadoria por idade. Ela recebeu auxílio-doença entre março de 2003 e junho de 2003 e novamente entre novembro de 2003 e março de 2018.

O julgamento do STF começou em dezembro e deve terminar no dia 18 deste mês. Apesar dos argumentos do governo, cinco ministros já se manifestaram contra

a União, alegando que há uma jurisprudência formada no país. São os ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Dias Toffoli. Faltam ainda seis votos.

DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Para o secretário de Previdência, Naron Gutierrez, além de trazer desequilíbrio para a Previdência, a medida pode servir de desestímulo aos trabalhadores:

- Computar períodos em gozo de benefício como tempo de carência, além do relevante impacto negativo para o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência, não se observa a necessidade de equidade na participação no custeio do sistema e a vedação à criação, majoração ou extensão de benefícios sem correspondente fonte de custeio. Do ponto de vista comportamental, cria-se incentivo inadequado para que o segurado permaneça mais tempo em gozo de benefício.

Mesmo com a reforma da Previdência, o regime continua deficitário. Em 2020, o rombo foi de R\$ 259 bilhões, cifra que deverá ser superada neste ano e nos seguintes. A expectativa do Tesouro para 2022 é de déficit de 292,5 bilhões, chegando a 4,8 trilhões em 2060. Por isso, especialistas advertem que o regime terá de passar por novas mudanças para se tornar sustentável.

Sítio: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF valida acordo sobre perícias médicas

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) validaram por unanimidade um acordo entre o Ministério Público Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que uniformiza prazos para perícias médicas na concessão de auxílios e benefícios.

Em dezembro, o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, já tinha também homologado o acerto em decisão individual.

Agora, os ministros analisaram o tema no plenário virtual. No julgamento, que terminou na sexta-feira (5), seguiram o entendimento do relator.

O acordo prevê que o **INSS** fará as perícias em prazos que variam entre 30 e 90 dias, conforme o tipo de benefício solicitado.

"A homologação da presente avença visa não só a pacificar a controvérsia instaurada nos presentes autos, mas sobretudo viabilizar a concessão dos benefícios previdenciários em tempo razoável para segmento da população, na sua maioria, em situação de vulnerabilidade social e econômica, porém sem causar prejuízo para a Administração Pública", afirmou o ministro Alexandre de Moraes em seu voto.

O entendimento foi fechado no âmbito de uma ação em análise no STF que discutia o tema, a partir de um caso ocorrido em Santa Catarina. A disputa judicial começou a partir de uma ação civil pública do Ministério Público Federal no estado contra o **INSS**.

Os procuradores queriam garantir que quem depende de perícia médica para a obtenção de benefícios (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, por exemplo) tivesse o direito à realização do exame em 15 dias, a contar do requerimento.

Caso o prazo de perícia não fosse atendido, o benefício deveria ser concedido automaticamente, de maneira provisória, até a realização do procedimento.

Na primeira instância, a Justiça decidiu a favor do MP, estabelecendo o prazo máximo de 15 dias para a perícia. Houve recurso e, na segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ampliou o período para 45 dias.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf>

Raio x da reforma tributária

O que é?

São mudanças nas leis que determinam como serão pagas taxas, **impostos** e contribuições de empresas e de pessoas. A intenção das propostas é simplificar a tributação no Brasil, juntando algumas tarifas.

A alteração, no entanto, não deve gerar redução da carga de **impostos** no país.

Quais são as propostas em andamento no Congresso?

Existem hoje três propostas que tratam da **reforma tributária** em tramitação no Parlamento. Uma delas é de autoria da Câmara dos Deputados (PEC 45/2019), outra é do Senado Federal (PEC 110/2019) e a última foi apresentada pelo governo federal no ano passado (PL 3.887/2020).

COMO É O SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO HOJE?

PIS e Cofins 3,6% (cumulativo) + 9,25% (não cumulativo)

Cobrança feita por diferentes órgãos e entes da Federação

Isenção para produtos da cesta básica Alíquotas variam de acordo com os produtos e os lugares onde são adquiridos

Qual o plano para a discussão do tema a partir de agora?

Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), representantes do Congresso vão se reunir com a equipe econômica do governo para discutir os detalhes da reforma. Até o final do mês, uma comissão mista das duas Casas, que já foi formada para analisar as propostas, dará um parecer sobre o tema. A previsão de Pacheco é aprovar a reforma até outubro.

Há críticas à **reforma tributária**?

Sim. Alguns especialistas alertam para a possibilidade de se aumentar a tributação em meio às discussões do Congresso, o que seria uma forma de o governo tentar equilibrar as contas públicas com mais **impostos**. Outros apontam que a prioridade deveria ser a redução do custo do Estado, cortando gastos

públicos, para só depois se discutir uma **reforma tributária**.

Quais são as críticas ao sistema tributário atual?

Especialistas afirmam que o sistema é confuso e gera dificuldades para o desenvolvimento econômico de alguns setores.

Além de vários **tributos** diferentes, o sistema é considerado complexo. A maioria dos países têm apenas um imposto sobre o consumo, enquanto o Brasil tem pelo menos cinco **tributos** diferentes, com legislações diferentes em cada um dos 26 Estados e nos 5.570 municípios. Dessa forma, as empresas gastam para calcular os **impostos** e para entregar todos os documentos cobrados pelo poder público.

Como funciona em outros países?

O mais comum entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é que a tributação sobre consumo seja feita em dois **impostos**: Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e Imposto Seletivo.

Nos Estados Unidos existe o Imposto sobre Vendas que tem variação pequena entre os Estados. Entre os países da União Europeia, o IVA é cobrado com uma taxa mínima definida pelo bloco, mas os países podem estabelecer suas alíquotas. No Brasil, existem cinco **tributos** diferentes. A União cobra Cofins, PIS, PASEP e IPI, os Estados cobram o ICMS, e os municípios cobram o ISS.

DECIFRANDO

Imposto cumulativo se refere ao lucro presumido, enquanto o não cumulativo se refere ao lucro real PIS - Programa de Integração Social (imposto federal) Cofins - Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (imposto federal) IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados (imposto federal) ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (imposto estadual) ISS - Imposto Sobre Serviço (imposto municipal) Guerra fiscal: disputa entre os Estados e municípios com garantia de benefícios e isenções de **tributos** para atrair empresas para seus territórios

Site:

<http://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/156>

94

Benefício deverá ser retomado

Sob pressão do Congresso, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, discute a prorrogação do auxílio emergencial com lideranças do Senado e da Câmara, mas trabalha para conter a proposta dos parlamentares de manter os R\$ 300 pagos nas últimas parcelas. Um valor de R\$ 200 é considerado "mais viável" pela equipe econômica, que cobra contrapartidas de medidas de ajuste fiscal.

Para restringir o público que vai receber novamente o benefício em 2021, uma das propostas é que sejam contemplados os beneficiários do Bolsa Família e os que estão na fila aguardando para serem incluídos no programa assistencial.

A interlocutores, Guedes tem dito que 20 milhões de pessoas já estão amparadas pelo Bolsa Família e agora falta atender os chamados "invisíveis", que continuam sofrendo os efeitos da pandemia da covid-19. Depois de se encontrar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Guedes disse que a nova rodada do auxílio deve ficar restrita à metade dos 64 milhões de pessoas que terminaram 2020 recebendo o benefício.

O ministro defende a concessão do auxílio com o acionamento do estado de calamidade pública. Isso permitiria que as despesas com a nova rodada do benefício ficassem fora do teto de gastos, regra que limita que as despesas cresçam acima da inflação.

A antecipação para fevereiro dos pagamentos do abono salarial previstos para março foi a primeira medida do "protocolo da crise" que vai ser adotado pelo Ministério da Economia para enfrentar o agravamento da pandemia, segundo fontes da equipe econômica ouvidas pelo Estadão. A lista ainda vai incluir a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas do INSS, como antecipou o Estadão, e a definição de uma nova rodada do auxílio.

No Congresso governistas e opositores dão como urgente a retomada do benefício para aliviar consequências sociais e econômicas da pandemia de covid-19.

As primeiras rodadas de conversas para viabilizar a prorrogação já começaram.

De acordo com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), a ideia é restringir os critérios que qualificam os cidadãos a receberem novas parcelas do auxílio. Ele diz que é preciso pagar

apenas a quem realmente necessita.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10476>

13º e INSS podem ajudar a quitar dívidas com o fim do auxílio emergencial

O governo anunciou a antecipação do abono (Pis/Pasep, espécie de 14º salário para trabalhadores da iniciativa privada e servidores que ganham até dois salários mínimos) e sinalizou que fará o mesmo com o pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Nos cálculos de Fábio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), serão injetados na economia, pelo menos, R\$ 37 bilhões. A medida faz parte do pacote de ações da equipe econômica para reduzir os efeitos da pandemia sobre a renda dos trabalhadores. De acordo com a resolução do governo, repasses que estavam previstos para meados de março ocorrerão a partir de 11 de fevereiro.

Cerca de R\$ 20 bilhões da primeira parcela do 13º, mais aproximadamente R\$ 17 bilhões do abono salarial. "O montante representa mais ou menos 15% do total pago pelo auxílio emergencial em 2020 - R\$ 254 bilhões, para 66,4 milhões de pessoas", afirma Bentes. Quem vai receber o dinheiro extra, no entanto, não pode deixar a emoção falar mais alto. "Como já diz a música de Paulinho da Viola, "Dinheiro na mão é vendaval", alerta Sandro Rodrigues, economista, contabilista e fundador da Attend Assessoria Consultoria e Auditoria S/S.

"É importante ter consciência de que, em dezembro de 2021, o cidadão não terá essa parcela que foi antecipada. As despesas natalinas ficarão mais magras. Economizar essa quantia, agora, com um investimento adequado ao seu perfil é a forma mais garantida de ter o Natal nos padrões desejado", aconselha Rodrigues. "Pesquise qual é o melhor investimento. Lembro que a poupança está com rendimento atualmente negativo, ou seja, seu poder de compra nas festas de fim de ano ficará menor se essa for a aplicação escolhida", alerta.

Já quem está no vermelho, não deve pensar duas vezes. A saída, segundo o especialista, é negociar e quitar as dívidas, principalmente cartão de crédito, crediário, cheque especial. Outra dica é se livrar das contas que chegam no início do ano (IPTU, IPVA, seguro do carro, seguro da casa, aluguel, entre outros).

Contudo, caso o contribuinte tenha o sonho de se tornar um microempreendedor, o dinheiro extra poderá

ser o pontapé inicial. "Resumindo, o valor recebido antecipadamente deve ser bem utilizado", sintetiza o fundador da Attend Assessoria Consultoria e Auditoria S/S.

Reserva

Em meio à pandemia do novo coronavírus, altos índices de desemprego e de **inflação**, não importa a classe social do consumidor. "Além do pagamento das dívidas, é importante fazer uma reserva de emergência", ensina Fabrizio Gueratto, financista do Canal 1Billhão Educação Financeira. Eliminada a dor de cabeça com os credores, é preciso ter em mente o tamanho ideal da poupança para enfrentar possíveis dificuldades futuras: deve ser o equivalente a, no mínimo, seis meses do seu custo de vida. "Se você gasta R\$ 1 mil por mês, tem que reservar de R\$ 6 mil a R\$ 12 mil investidos, por exemplo, na renda fixa", explica Gueratto. E seja qual for o investimento escolhido, ele precisa ter liquidez diária.

"A terceira dica é fazer uma carteira de investimento diversificada. A renda variável (ações, dólar) - como proteção - não pode ficar de fora. Não tem mais como não correr um certo risco, para lucros maiores em médio prazo", garante.

A técnica de enfermagem Eliene Santos Mariano, 39 anos, explica que tentará seguir os conselhos dos especialistas. "Estou atenta. Pretendo pagar dívidas ou antecipar outras despesas fixas como IPTU, IPVA. Despesa fixa não falta", admite. Ela conta que, em 2020, pegou a quantia que o governo liberou e quitou faturas cartão de crédito.

Para Eliene, a chegada mais cedo do 13º tem que ser vista por dois prismas. "Por um lado, acho bom, porque dá uma ajuda nas finanças. Atualmente, tudo está muito caro. A maioria dos produtos de consumo foi superfaturada. Por outro lado, quando chega dezembro, sinto falta desse recurso, já que, em janeiro, voltam à agenda outras contas recorrentes", lamenta.

*Estagiárias sob a supervisão de Andreia Castro

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/02/4905262-13-e-inss-podem-ajudar-a-quitar-dividas-com-o->

fim-do-auxilio-emergencial.html

Otimismo efêmero (2)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Assim que foram confirmadas as vitórias de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL) para as presidências do Senado e da Câmara, respectivamente, alguns analistas, e o mercado financeiro, em particular, imbuíram-se de expressivo otimismo. O raciocínio é linear: com dois governistas à frente das casas legislativas, aumentam as chances de aprovação da agenda econômica do governo, o que poderá destravar os investimentos e promover a retomada do crescimento.

A realidade, no entanto, é bem mais complexa.

Manter as finanças públicas nos trilhos é condição necessária, mas não suficiente para garantir o crescimento sustentável, com estabilidade de preços. Necessita-se de muito mais para motivar a retomada dos investimentos.

Destacam-se, ente outras ações, as seguintes: melhora na educação, de forma a preparar adequadamente a mão de obra e a promover maior igualdade de oportunidades; tornar o sistema tributário mais simples, justo e indutor da eficiência alocativa; fortalecer os laços com nossos principais parceiros comerciais; desburocratizar, para valer, a relação entre o setor privado e o público; atacar, de forma efetiva, as deficiências crônicas da infraestrutura; avanços na abertura comercial e ações concretas para a preservação do meio ambiente, que serão cada vez mais cobradas pela União Europeia e, agora, pelos EUA.

Os dois primeiros anos do governo Bolsonaro evidenciam que não é realista acreditar que reformas como as aqui mencionadas prosperem.

Passemos, então, para algo mais pragmático. Refiro-me à suposta agenda liberal de Paulo Guedes. Aqui poderão ocorrer alguns avanços, embora pífios e de forma mais lenta do que muitos esperam.

Entre as medidas mais aguardadas, listadas na pauta prioritária do governo, destacam-se a PEC emergencial, a reforma administrativa e a **reforma tributária**.

A versão mais recente da PEC emergencial é o substitutivo do senador Márcio Bittar (MDB-AC). Desidratada e confusa em vários pontos, ela é o que se dispõe para iniciar as negociações no Congresso. A tão decantada possibilidade de redução de jornada de trabalho, com correspondente corte de salários dos **servidores públicos**, que está fora do texto de Bittar, mesmo que seja reincluída, para ser implantada dependerá de ato regulamentar, que pode demorar meses, se é que é razoável esperar do presidente Bolsonaro ações que firam o interesse de corporações que o apoiam.

A **reforma tributária**, que poderia de fato concorrer para destravar a economia, está malparada. Há duas versões, uma do Senado, outra da Câmara, aparentemente de teor semelhante, mas que têm diferenças relevantes em detalhes - que é onde mora o diabo.

Já Paulo Guedes insiste em criar um tributo péssimo (a CPMF, com outro nome) para reduzir um outro ruim, ou seja, a contribuição patronal sobre salários.

Ademais, o ministro Guedes é contra a PEC 45/19, que substitui a complicada e ineficiente tributação sobre o consumo por um único tributo sobre o valor adicionado, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), uma das melhores propostas de **reforma tributária** de que se tem conhecimento, com enormes efeitos positivos sobre os investimentos e sobre a produtividade.

No lugar disso, defende uma mudança pífia e com altos custos políticos, que é a criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Sim, a ampla, mas provavelmente instável, base de apoio que Bolsonaro montou no Congresso poderá ajudar na aprovação de algumas medidas.

Talvez prosperem versões suavizadas da PEC emergencial e da reforma administrativa, no final deste semestre e ao longo do próximo, respectivamente, além de alguns projetos infraconstitucionais, como, por exemplo, a independência do Banco Central (BC), o depósito voluntário remunerado dos bancos no BC e a lei do gás, entre outros.

Haverá ondas de otimismo, porém passageiras, como chuvas de verão.

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA,

DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES,
FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL,
SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E
CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ampliação do Bolsa Família pode ser alternativa

Lu Aiko Otta De Brasília

A assistência às famílias que voltaram para a pobreza após o encerramento do auxílio emergencial pode começar pela inclusão dos 5 milhões de pessoas que estão na fila do Bolsa Família, disse ao Valor o líder do governo na Câmara, Ricardo Baixos (PP-PR). Ele acrescentou que essa é uma sugestão sua, e não uma decisão de governo.

"Se vamos ampliar o Bolsa Família ou atender a mais pessoas carentes, a sugestão é que seja com pessoas verificadas", comentou o líder do governo. Esse é o caso das famílias que estão na fila do benefício, pois já tiveram sua situação avaliada pelas prefeituras.

A sugestão de Barros foi publicada no último sábado pelo jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pelo Valor.

Embora o líder apresente a ideia como sugestão, esse formato está de fato em avaliação no Ministério da Economia, segundo fonte. Deve integrar o diálogo em torno da ampliação do Bolsa Família que começou na semana passada, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para estabelecer a pauta de votações no Congresso. O novo programa assistencial e a aprovação do Orçamento de 2021 são os pontos mais urgentes da agenda legislativa.

De acordo como Barros, não está definido como será feita a ampliação do Bolsa Família. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas precisam do benefício, disse o deputado. Mesmo a sinalização de Guedes, que metade dos beneficiários do auxílio emergencial poderá seguir amparada pelo governo, foi um "chute", afirmou o líder.

Além de definir o universo de pessoas a serem atendidas pelo Bolsa Família ampliado, o grande desafio é encontrar recursos. Guedes tem defendido que a ampliação depende da redução de outras despesas. Não poderá ser feita fora das regras que pautam a política fiscal brasileira.

No momento, a ampliação do benefício pode ser feita mediante a recriação do estado de calamidade, que abre a possibilidade para gastos fora do teto legal por

meio de créditos extraordinários. Essa medida, porém, precisa ser adotada "dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios", disse o ministro.

Esse novo marco está nas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que reformam o Pacto Federativo, paradas no Congresso há mais de um ano. A equipe da Economia aposta no desejo de deputados e senadores de ampliar a assistência social para pressionar pela aprovação das medidas duras que estão nessas PECs, como a possibilidade de redução de até 25% dos salários e jornadas de trabalho dos **servidores públicos** e a eliminação de incentivos fiscais.

Dentro desse novo marco, seria possível editar um decreto de calamidade e deflagrar os "gatilhos" de corte nos gastos para fazer frente às despesas extraordinárias da pandemia. É o que o ministro chama de "apertar o botão" de um artefato nuclear. Haverá mais recursos. Por outro lado, gastos em áreas como saúde, segurança e educação ficarão travados, vem alertando.

Após receber Pacheco e Lira, na última quinta-feira, o ministro afirmou que governo e Congresso podem se colocar de acordo em pouco tempo, se a opção for pela ampliação do Bolsa Família. "A situação do Brasil exige", comentou.

Se esse botão será apertado, porém, é algo que ainda não está definido, disse Barros.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186673

Maioria dos brasileiros apoia avaliação dos servidores

A maioria dos brasileiros apoia uma política de avaliação do desempenho para os **servidores públicos** e defende que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo os que já estão em serviço, mostra pesquisa do Instituto Ideia Big Data sobre a reforma administrativa. A proposta, resgatada na lista de prioridades do novo comando do Congresso, tem o objetivo de reformular o RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir os servidores.

Encomendada pelo movimento liberal Livres, a pesquisa entrevistou 1.688 pessoas por telefone celular, entre os dias 6 e 11 de janeiro, com recortes de classe social, faixa etária, gênero, escolaridade e região.

A reforma administrativa foi enviada ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro não andou. Agora, o novo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que dará prioridade ao texto.

A proposta enviada pelo Executivo não afeta a estabilidade dos atuais servidores da ativa, uma exigência colocada pelo presidente para assinar a reforma preparada pela equipe econômica. A estabilidade é a garantia de que, depois de três anos da posse e de uma avaliação de desempenho protocolar, os chamados servidores estatutários não possam ser demitidos.

A maioria quer que as mudanças nessa prerrogativa sejam aplicadas ao funcionalismo que já está na ativa, mas 45% dos ouvidos defendem a manutenção da estabilidade para todos servidores. Outros 13% dizem que apenas algumas carreiras essenciais devem continuar com o benefício e 29% afirmaram que restrições à estabilidade devem atingir todas as categorias.

Site: <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/08-02-2021-2/>

Começa o teste de fidelidade

» **LUIZ CALCAGNO** » **AUGUSTO FERNANDES**

Economia, reeleição e sinais para a própria base de eleitores estão no cálculo de Jair Bolsonaro em sua relação com o Congresso. Após dois anos de confronto, com direito até a apoio a manifestações antidemocráticas que pregavam o fechamento das casas legislativas, adversários e apoiadores se questionam o quanto deverá durar a lua de mel com o parlamento. Com aliados nas presidências da Câmara e do Senado, a tendência de aproximação é certa. Mas ainda há incertezas. Na semana passada, Jair Bolsonaro entregou aos novos líderes do Congresso uma lista com 35 matérias consideradas importantes. Desse total, 25 são pautas econômicas.

O documento entregue pelo chefe do Executivo a Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) sinaliza os rumos da relação entre o Executivo e o Legislativo. Em primeiro lugar, o governo indica atenção especial a temas econômicos no próximo período. Bolsonaro sabe: o Brasil precisará reagir, ou o Centrão, grupo do qual ele fez parte por toda a trajetória política, não o acompanhará em um eventual desastre. Outras 10 pautas são ideológicas. Esse é o sinal para os eleitores. A mensagem é que o chefe do Executivo continuará o mesmo. O sinal é importante pois as circunstâncias políticas para uma reeleição serão muito diferentes das de 2018, e o presidente terá que mudar.

Para o analista político da Consultoria Dharma, Creomar de Souza, uma variável no relacionamento é que os presidentes da Câmara e do Senado precisarão de estabilidade e compromisso para tocar a agenda. Isso coloca os líderes do Congresso entre o Planalto e uma Câmara que sai dividida das eleições. A segunda parte tem a ver com a relação entre deputados e o Executivo. "Na lógica de acordo e compromisso, o executivo se comprometeu com os parlamentares e os parlamentares se comprometeram com o executivo. Temos que ver o quanto o acordo dura, ou o quanto terá que ser renovado. O governo vai decidir no varejo, a cada votação? Com o tempo, é preciso ajustes finos no acordo. E o governo vai ter que compatibilizar suas necessidades, os ajustes, e a voracidade dos aliados por benefícios. O governo vai dar com uma mão, esperando com a outra", explica.

Bolsonaro não deverá ignorar que depende cada vez mais do Centrão para sobreviver e construir a reeleição. Isso porque os deputados sempre têm a opção de se desvincular do governo. "Tem que

alimentar do ponto de vista relacional, essa base, cotidianamente, de meios e instrumentos, para que sejam capazes de ter o que mostrar nas bases para não sofrerem pressão por apoiar o governo. E quando você joga a pandemia, é ainda mais complexo, pois é preciso dar respostas rápidas. Até onde eles vão, dependem do governo", avalia Creomar.

Aliança complexa

Para o vice-líder da oposição, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), é cedo para definir como será o biênio sob a presidência de Lira e, conseqüentemente, entender como a relação do novo presidente da Câmara com Bolsonaro se desenrolará. Porém, ele lembra, entre os eleitores do aliado de Bolsonaro, muitos parlamentares não votam no governo. "Lira foi eleito com uma aliança muito grande e muito complexa. Tem de tudo nessa aliança. Bolsonaristas radicais, deputados pragmáticos que dão apoio ao governo em troca de vantagens, e até gente de oposição. Não diria que a aliança que o elegeu é toda base do governo", avalia.

Por isso, para Orlando, a tendência é que Lira não sustente 100% a agenda de Bolsonaro. "Inclusive agenda de costumes. O Bolsonaro não será, no próximo biênio, o que ele foi no primeiro. Bolsonaro só pensa na reeleição. E vai se amoldando ao figurino que caiba para viabilizar sua eleição. Inclusive, polarizando apoio de partidos. Na semana passada, começou o concurso entre o DEM e o Progressistas, sobre quem indicaria o vice de Bolsonaro. Ele vai ter uma dificuldade enorme por conta da economia. A economia brasileira está à deriva. Não tem horizonte. Pautas de autonomia do Banco Central, privatizações, é mais veneno. Não vai retomar o crescimento e gerar emprego. O grande risco de Bolsonaro é a economia", alerta.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, por sua vez, ameniza. Para ele, o presidente da República consolidou um ambiente "muito favorável". "Trouxe maioria do DEM, PSDB, boa parte do MDB, que, acredito, deve vir todo, e isso abre caminho para fazer a grande aliança para a sua sucessão", afirma Barros.

O líder do Cidadania, Alex Manente (SP), vai em linha parecida com a de Orlando Silva. "Tem um conjunto de fatores para a eleição tanto de Lira quanto de Pacheco. Obviamente, teve o apoio do governo, mas não foi só o apoio do governo que deu a vitória aos dois. Tem uma responsabilidade da Câmara com a

pauta econômica, que será a prioridade. **Reforma tributária**, administrativa, orçamento e auxílio emergencial, preocupação com pandemia. E o apoio a Bolsonaro se dará de acordo com a reação da economia. Enquanto ele tiver fôlego, ele terá apoio. No momento em que perder popularidade por falta de reação econômica do Brasil, naturalmente ele perde apoio", destaca.

Outro tema caro para os parlamentares é a continuidade de um auxílio financeiro aos brasileiros mais vulneráveis. Ao apresentar a sua lista de prioridades ao Congresso, o presidente Bolsonaro deixou o assunto de fora, apesar de uma série de proposições legislativas sobre o tema estarem em discussão no parlamento. "Temos que manter o auxílio emergencial, que interessa a mais de 100 milhões de pessoas. Segundo o IBGE, são mais de 51 milhões vivendo na extrema pobreza. Os problemas sociais do Brasil são gigantes", alerta o senador Paulo Paim (PT-RS).

E é por conta dos estragos provocados pela crise sanitária no país que o Legislativo não vai facilitar a vida do Palácio do Planalto, apesar das mudanças nas presidências da Câmara e do Senado. Os parlamentares querem dar prioridade à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a conduta do governo diante da covid-19. Um texto elaborado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) até já foi protocolado na Casa, com a assinatura de 31 senadores. Caberá ao presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG) decidir se aceita ou não o pedido.

"Esse pedido é para que, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, possamos instaurar uma investigação independente do Congresso Nacional para apurar as causas, as razões. Não é encontrar culpados, mas saber quem deliberadamente por omissão possibilitou que centenas de milhares de famílias brasileiras fossem separadas, divididas, vulnerabilizadas, que centenas de milhares de compatriotas nossos fossem tirados do nosso convívio. Essa investigação é um dever do Congresso Nacional", pondera Randolfe.

"Auxílio é importante, mas com responsabilidade"

» ROSANA HESSEL » VICENTE NUNES

O economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, demonstra preocupação com o excesso das propostas na lista de 35 prioridades apresentadas pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso. Para ele, a inclusão de pautas de costumes atrapalha o andamento dos trabalhos do Legislativo, pois as reais prioridades do país são a saúde e a economia. Nesse sentido, ele considera a vacinação em massa e o auxílio emergencial, que não provoque desequilíbrio fiscal elevado, os assuntos mais urgentes. "É preciso que o governo acelere essa questão da vacinação contra a covid-19 para que a economia possa ter uma recuperação, ainda que pequena, mas garantida, neste ano, porque ainda não está", afirma.

Em relação ao auxílio, Salto acredita que o melhor formato seria fora do Bolsa Família, usando um modelo temporário e mais focado. Especialista em contas públicas, ele reconhece que o fato de o governo ter avançado pouco nas reformas limita uma ação mais contundente para socorrer os mais vulneráveis. No entender dele, os problemas estruturais do país continuam os mesmos e precisam ser encarados, pois a dívida pública está muito elevada e continuará crescendo por um longo período.

Pelas projeções da IFI, o país permanecerá com as contas no vermelho por pelo menos até 2030, num cenário conservador. Com isso, é mínimo o espaço para a criação de um novo auxílio emergencial sem comprometer o Orçamento e o teto de gastos - emenda constitucional que limita o crescimento das despesas pela **inflação** do ano anterior. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida por Salto ao Correio.

As reformas vão andar agora?

Em uma lista de 35 itens, nada é prioritário.

Pois é. Reformas, nesse sentido genérico, não resolvem muito o problema. Precisamos saber mais claramente quais são as prioridades de verdade. A PEC Emergencial, por exemplo, dependendo do desenho, pode ajudar numa questão importante, que é o teto de gastos. A emenda 95, aprovada em 2016, prevê os chamados gatilhos, que seriam as medidas

automáticas de ajuste. Mas a interpretação majoritária é de que seria necessária uma mudança de um trecho dessa emenda para poder acionar os gatilhos. O diabo mora nos detalhes. Não sabemos, ainda, qual será a proposta. E as outras reformas são relevantes, como a tributária e a administrativa, que estão na mesa. Contudo, é preciso saber exatamente quais são as propostas que o governo tem. No modelo brasileiro de presidencialismo de coalizão, a Presidência tem um papel fundamental e o Ministério da Economia, também. Eles são os definidores da agenda.

Nos últimos dois anos, não vimos um papel ativo do Planalto e do Ministério da Economia. A reforma da Previdência, por exemplo, só foi aprovada graças ao esforço do Congresso. Desta vez, o empenho vai ser maior? Porquê?

A reforma da Previdência tem um mérito importante do governo Michel **Temer**, que definiu essa pauta como prioritária e trabalhou muito por ela. Pelas razões políticas que sabemos, atrasou. Mas ele amadureceu a discussão. Fazia tricô com quatro agulhas. O governo atual conseguiu terminar, então, mérito dele. Agora, nas outras agendas, está tudo muito confuso. O Ministério da Economia, por exemplo, vive falando do imposto de transações financeiras. E, ao mesmo tempo, mandou uma proposta de **reforma tributária** para o Congresso prevendo a unificação do PIS e da Cofins. Em paralelo, o Congresso tem duas PECs sobre **reforma tributária**, a 45 (na Câmara) e a 110 (no Senado), que tratam de outro tema mais abrangente, que é o IVA nacional ou o IVA dual-um, para o governo federal e, outro, para estados e municípios. Esses temas precisam ser mais bem detalhados, porque não está claro.

E ainda há a covid...

No meio disso tudo, há as medidas que são ainda mais prioritárias. É preciso que o governo acelere a vacinação para que a economia possa ter uma recuperação, ainda que pequena, mas garantida, neste ano - porque ainda não está. Há uma incerteza muito grande, e isso tem a ver com a dificuldade de se ter um plano mais coeso e bem executado para a vacinação. Com isso, a pauta econômica e fiscal também se funde com a da saúde. E o Orçamento que abrange tudo isso está em aberto. Achei positivo o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, anunciar

que a CMO (Comissão Mista de Orçamento) deve ser instalada nesta terça-feira. A Comissão vai ser o local para a discussão de muitas coisas, inclusive, o auxílio emergencial, e outras questões envolvendo gastos com saúde, como comportar tudo no Orçamento, que está sem margem alguma.

Será possível recriar o auxílio emergencial?

O auxílio emergencial é muito importante, porque, no ano passado, a população ocupada no mercado de trabalho diminuiu bastante, e, neste ano, vai se recuperar menos do que caiu. Então, haverá um contingente de pessoas que estão à margem de qualquer tipo de recebimento de renda formal ou mesmo no mercado informal. E a pandemia continua evoluindo. Algum auxílio, aparentemente, pelo que avaliamos, é possível que seja necessário. A questão é como fazer isso com responsabilidade fiscal.

Mas tem espaço no Orçamento?

Se olharmos a LDO para 2021, a despesa discricionária está em R\$ 83,9 bilhões, sem contar os R\$ 16,3 bilhões de emendas parlamentares, que são impositivas. Esse é o menor nível de despesa discricionária da série. O risco de romper o teto é elevado porque a despesa discricionária, que é a variável de ajuste, está bastante exaurida. Para resolver essa questão, existem dois caminhos. O governo deveria eleger uma série de despesas que poderiam ser cortadas ou contingenciadas, inclusive, gastos obrigatórios. Claro que tudo isso tem um custo político. Se o governo for mexer em subsídio creditício, que é uma despesa que está sujeita ao teto, ele vai enfrentar aqueles que defendem cada um dos programas que estão lá nessa rubrica. Tem também mais de 50 mil cargos a título de reposição de aposentadorias de servidores previstos no PLOA. Só isso já tem um efeito de R\$ 2,4 bilhões. O que seria importante é verificar despesas que podem ser cortadas para mostrar que está havendo um esforço fiscal. O outro caminho é via crédito extraordinário, que está previsto na Constituição para situações de imprevisibilidade e de urgência e, claro, que tem que ter critérios. Seria importante o governo sinalizar medidas compensatórias e não partir direto para uma coisa extrateto. Essas são as duas possibilidades.

É melhor retomar o auxílio ou ampliar o Bolsa Família?

O Bolsa Família é um programa de sucesso e bem avaliado, inclusive, pela academia. Ele beneficia muita gente com um valor orçamentário anual, em torno de R\$ 35 bilhões, que é relativamente baixo para o benefício que ele produz (na economia). São discussões diferentes. A reformulação dos programas sociais seria importante, com melhor focalização,

porque temos Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, abono salarial, tudo para públicos diferenciados. Agora, a discussão do auxílio é mais imediata. É uma transferência que precisar ser feita, temporariamente, para resolver algo que não estava previsto, que foi a crise da covid-19 que se abateu sobre nós. O benefício pode ser resolvido pelo Bolsa Família. Mas o ideal é ter uma ação concreta direcionada para essa finalidade e, em paralelo, discutir a eficiência dos programas sociais, como melhor focalizar.

O Brasil precisa de um programa de renda mínima?

Nós já temos o Bolsa Família, que é um programa importante nesse sentido. Ele poderia ser ampliado. Agora, qualquer discussão a respeito de um novo programa precisaria ser pensada também do ponto de vista do equilíbrio fiscal. A dívida pública bruta, no ano passado, encerrou em 89,3% do **PIB**. Foi mais baixo em relação ao que se projetava, mas houve um efeito do **PIB**, que ficou mais alto por causa da **inflação**. Quando comparada à evolução da dívida, foram 15 pontos percentuais do **PIB** de aumento em relação aos 74,3% de dezembro de 2019. É uma dívida gigantesca, que vai continuar crescendo ainda por algum tempo. Por isso, o governo precisa anunciar um plano de médio prazo para mostrar quando essa relação dívida-**PIB** voltará a ficar sustentável. Essa falta de um horizonte para as contas públicas me preocupa até mais do que as questões de curtíssimo prazo. O momento é de exceção, que exige medidas excepcionais.

As propostas apontadas pelo governo são paliativas?

A PEC Emergencial é uma tentativa de dar uma sobrevida ao teto de gastos, permitindo acionar os gatilhos da regra. É claro que o teto, nas condições atuais do cenário base, não vai aguentar até o 10º ano, quando está previsto na emenda a alteração do indexador. Não podemos perder de vista que os problemas estruturais continuam, infelizmente, sendo os mesmos de 10 anos atrás: uma despesa obrigatória grande e crescente e um espaço para investimento cada vez menor. O Estado vem perdendo capacidade para investir e está aumentando, cada vez mais, a pressão das despesas. Claro que parte dessas despesas também tem a ver com a melhora de vida das pessoas, porque tem saúde e gastos sociais, mas será preciso uma reestruturação muito mais complexa do que apenas a discussão da PEC Emergencial.

Mas a PEC Emergencial ainda está em pé? Ela foi enviada ao Congresso no fim de 2019.

Quando o governo enviou ao Congresso essa PEC Emergencial em 2019, ele prometia que ela seria

aprovada até dezembro daquele ano. Então, está muito atrasada essa previsão que o governo tinha.

Arthur Lira e Rodrigo Pacheco disseram que a **reforma tributária** pode ser aprovada em até oito meses. Acredita nisso?

A questão tributária é a mais complexa de todas, porque envolve várias trincheiras de batalha. Tem a trincheira dos estados e municípios contra a União, porque, nessa situação em que todo mundo está, o desejo dos entes federativos é ter mais receita e não menos. E tem, também, a questão da autonomia, porque, com a criação do IVA, estados e municípios perderiam o ICMS e o ISS. Não é uma questão trivial, ainda que as compensações fossem feitas e fosse criado o mecanismo automático para a distribuição das receitas que seriam arrecadadas centralmente. Mas essa é a primeira trincheira. A segunda é a setorial. O setor de serviços ainda não engoliu essa questão de ter aumento de tributação. Não se fala muito que esse segmento é subtributado. Só que é difícil sair de um equilíbrio ruim para um equilíbrio melhor, em que a indústria seria menos tributada com o IVA e o setor de serviços, que não tem uma cadeia de produção tão longa, tem dificuldade de acumular crédito. E, como vai tudo para o destino, obviamente, vai ter um aumento de tributação. E tem a terceira frente de batalha que é o fato de a União e o Ministério da Economia quererem aumentar a receita. O próprio ministro Paulo Guedes vive falando no imposto de transações financeiras, ou seja, está implícito aí um ajuste pelo lado da receita também. Isso é muito complicado. Acho positivo que as novas lideranças do Congresso indiquem que isso é uma prioridade, mas não vai ser fácil. Há pouco tempo para conseguir avançar nesse tema tão complicado.

Passados dois anos, é possível considerar que o governo Bolsonaro é reformista ou é mais discurso?

Eu acho que não é um governo reformista. O Ministério da Economia, sob a liderança do Paulo Guedes, tem essa intenção. Começou com aquela história das privatizações, de reduzir o tamanho do Estado, de fazer um enxugamento de gastos... Ele até prometeu zerar o déficit primário em um ano, mas percebeu que era impossível. Na verdade, o discurso da área econômica vai numa direção mais liberalizante, mas, na prática, o governo vai em outra direção. Até agora, com mais da metade do mandato, além da reforma da Previdência, não teve mais nada de relevância aprovado. O que podemos constatar é que as agendas que foram consideradas prioritárias, em algum momento, ainda não avançaram.

O presidente Bolsonaro já deixou claro como quer que a pauta de costumes ande, como excludente de

ilicitude, ampliação ao acesso ao porte de armas... Isso é prioridade quando o país está atrasado na vacinação e ainda não tem Orçamento aprovado? Há riscos dessa agenda de costumes se sobrepor a das reformas?

A agenda de costumes que está refletida na lista de prioridades do governo é uma coisa que já se sabia que era intenção do presidente. E, claro, ela ocupa espaço e tempo no Congresso. Mas o que mais me preocupa na lista de 35 prioridades é que são muitos itens e não se sabe, ao certo, qual é a pauta prioritária e o que virá primeiro. Agora, as agendas de saúde e de economia deveriam ser prioritárias.

O cenário básico da IFI prevê déficit primário até 2030.

É possível que fique pior?

O nosso cenário atual prevê que o déficit público diminuirá aos poucos até 2030, quando ainda estará negativo, em torno de 0,8% do **PIB**. Nos próximos anos, o quadro vai melhorando, porque a receita aumentará com algum crescimento do **PIB**, de 2% a 2,5% na média da década. E, do lado da despesa, nossa previsão não considera nenhuma, digamos assim, estripulia. O nosso cenário é bastante conservador. E, ainda assim, não é suficiente para vermos o superavit primário voltar em um período mais curto. Isso só acontecerá depois de 2030.

"A discussão do auxílio é mais imediata. É uma transferência que vai precisar ser feita, temporariamente, para resolver algo que não estava previsto, que foi essa crise da covid-19 que se abateu sobre nós"

A falta de um horizonte para as contas públicas me preocupa até mais do que as questões de curtíssimo prazo. O momento é de exceção, que exige medidas excepcionais"

ICMS de combustíveis só muda com reforma - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

Quando os caminhoneiros ameaçaram nova greve, o governo Bolsonaro sacou uma desculpa conveniente na última sexta-feira: o problema seria a falta de previsibilidade na cobrança de ICMS dos Estados. Acenou ainda com futura e gradativa redução do PIS/Cofins nos combustíveis, sem prazo nem previsão sobre quando cairiam os R\$ 0,35 por litro. Com nenhum efeito prático, o presidente empurrou a responsabilidade para os Estados, exigindo que o ICMS seja cobrado por valor fixo ou sobre o preço de refinaria. Disse que se fosse "juridicamente possível" encaminharia projeto com uma dessas propostas. Tributaristas consideram a intervenção inconstitucional, por invadir outro poder.

Só no início da noite de sexta-feira os secretários estaduais se manifestaram. Fizeram questão de lembrar que os "expressivos aumentos nos preços dos combustíveis a partir de 2017" não decorrem de mudanças na tributação estadual: "foram fruto da alteração da política (...) de preços da Petrobras, que prevê reajustes baseados na paridade do mercado internacional". Reconheceram que "inflige uma carga de imprevisibilidade" que prejudica os empreendimentos nacionais" e advertiram que "só uma **reforma tributária** poderá reorganizar essa e outras receitas".

Como sem aceitação dos Estados nada vai mudar e os novos presidentes da Câmara e do Senado prometeram uma **reforma tributária** em até oito meses, agora é a hora. Se o governo federal terceiriza o problema, os Estados se viciaram na alta e fácil arrecadação proporcionada pelos combustíveis. Está na hora de tratar a dependência.

Tudo reservado

Depois que a coluna relatou a vencia de todos os lotes de um novo núcleo urbano em Santa Maria seis horas depois do lançamento, chegou uma nova informação: outro condomínio na cidade, chamado Casaviva, teve 100% das 332 unidades disponíveis reservadas ainda antes do lançamento. Trata-se do empreendimento na BR-287 que marca a chegada da parceria entre Melnick e Arcádia Urbanismo a Santa Maria, apresentado neste ano. É o terceiro lançado em 12 meses que teve unidades esgotadas. Além do

Casaviva, foi assim com o Sunset, em Xangri-lá, e o Central Park, em Passo Fundo. O de Santa Maria tem terrenos a partir de 300 metros quadrados, piscinas com borda infinita e térmica, quadras de tênis e paddle, entre outras estruturas. Melnick e Arcádia têm áreas para desenvolvimento de projetos que representam R\$ 3,5 bilhões em valor geral de vendas.

"Há consenso político de que o auxílio emergencial tem de voltar"

Com passagens pela diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC) e pela área de economia do banco suíço UBS, Tony Volpon (foto) foi um dos profissionais da área de investimentos que mudou de posto no ano da pandemia. A combinação de mudanças promovidas pelo próprio BC (como Pix e open banking) e a redução na taxa de juro movimentaram o segmento de alocação de recursos. Volpon passou a ser estrategista-chefe da Wealth High Governan-ce (WHG), gestora de fortunas a partir de R\$ 20 milhões criada por ex-executivos de outro banco suíço, o Credit Suisse, em parceria com a XP Investimentos. Na entrevista, Volpon considera inevitável a volta do auxílio emergencial, mas cobra mais atenção da atual diretoria do BC à **inflação**, sem pânico.

A taxa de juro deve chegar mesmo a 4% em 2021?

É um bom número. Ainda representa juro zero em termos reais, descontada a **inflação**. Mesmo assim, a postura atual do BC está errada diante da **inflação**. Não há mais razão pela qual devamos ter taxa de juro negativa de cerca de 2% com **inflação** ao redor de 3,5% a 4%. O ajuste gradual deve começar em março. Em 2020, quando não havia vacina, a projeção de queda do **PIB** era de 9% a 10% e a **inflação** poderia fechar abaixo do piso da meta. Mas a **inflação** fechou acima da meta, a queda do **PIB** deve ser de 4%, o que é ruim, mas não tão catastrófico, não faz mais sentido. O BC tem de olhar à frente, não para trás.

O **PIB** voltará a cair no primeiro trimestre de 2021, ao redor de 0,5%?

A queda na atividade deve ocorrer com o fim do auxílio emergencial combinado à segunda onda da covid-19. Ainda é cedo para definir o tamanho, mas deve ser uma queda leve, porque ainda não estamos em plena

lógica de abertura. Para isso, seria preciso ter um horizonte claro de vacinação. Como houve atraso, ainda estamos caminhando para isso. Em março, Estados Unidos e outros países estarão com o processo de vacinação bem avançado, com efeitos palpáveis nas métricas da pandemia e da economia

Qual o risco de que a **inflação** ao produtor, que bateu em 20%, chegue ao consumo?

A **inflação** tem pedaços. Um entrou no forno, outro ficou no congelador. Os bens agrícolas chegaram a subir 40% pela combinação de demanda interna aquecida pelo auxílio emergencial, que segurou a queda na renda, ao forte aumento na demanda global, decorrente da recuperação da economia chinesa. Em recessão padrão, costuma haver queda das commodities. E quando sobem, a moeda dos produtores costuma se valorizar. Nada disso ocorreu. Todos os países emergentes tiveram desvalorização. O Brasil teve uma das maiores quedas, com Argentina e Turquia, em crise por não ter reservas internacionais. Só que o Brasil tem mais de US\$ 300 bilhões. Aqui, o real caiu por problema fiscal e juro negativo. A **inflação** de bens deve se acalmar, a discussão é se será de forma rápida ou não. Uma pequena apreciação do real seria muito boa nesse momento. O câmbio está desancorado. Não é nada para se assustar nem panicar, mas o BC tem de reconhecer a necessidade de mudar a política.

Qual foi o papel da política de juro baixo e dólar alto defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes?

Câmbio e juro deveriam ser comentados só pelo BC. Não deveriam ser abordados pelo ministro da Economia, para não gerar ruído. É difícil evitar que o investidor pense "se o Guedes acha que dólar alto é bom, vou comprar dólar". Pode não ter sido intencional, mas é uma possível consequência

Como compatibilizar a necessidade do auxílio emergencial com a exigência de manter o equilíbrio fiscal?

O Brasil cometeu o erro de gastar muito e parar de gastar do dia para a noite. O orçamento de guerra foi construído com data-limite, acabava em 31 de dezembro. Presumia que a pandemia ia acabar e queria comunicar ao mercado que os gastos extras se restringiam ao ano. A solução ficou pendurada. Será preciso fechar o orçamento (o deste ano ainda não foi aprovado no Congresso) e decidir o que fazer com o auxílio emergencial. Isso acabou se tomando fonte da incerteza fiscal todos esses meses.

Como fazer?

Há consenso político de que o auxílio emergencial tem de voltar e deve ocorrer a aprovação de alguma versão da PEC Emergencial, para produzir alguma poupança. Mas há muita possibilidade de desidratar a PEC. O mercado não é bobo, está esperando para ver o que vai acontecer. O auxílio vai sair, deve ter uma conta de R\$ 20 bilhões, ou algo desse tamanho. Espera-se que se poupe uma quantia equivalente. A alta da **inflação** de 2020 vai criar um teto maior em 2022, porque a conta é feita de julho a julho, então pode-se usar essa folga de 2022 para o gasto de 2021.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

As manobras de Bolsonaro para difundir o uso da cloroquina

Carro-chefe do presidente Jair Bolsonaro no combate à pandemia, mesmo sem eficácia comprovada pela ciência, a distribuição de cloroquina aos quatro cantos do país mobilizou pelo menos cinco ministérios, uma estatal, dois conselhos da área econômica, Exército e Aeronáutica.

A reportagem identificou dezenas de atos oficiais, todos eles públicos, adotados nas mais diferentes esferas de governo para garantir a circulação de cloroquina e hidroxicloroquina.

Distribuir o medicamento virou uma política de governo, com atos dos Ministérios da Saúde, Defesa, Economia, Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia. Envolve desde a orientação técnica para o uso até o fornecimento final da substância, passando por isenções de **impostos** e facilitações na circulação do produto.

Uma ferramenta alimentada pelo Ministério da Saúde, com registros das ações da pasta na pandemia, aponta uma distribuição de 5.416.510 comprimidos de cloroquina e 481.500 comprimidos de hidroxicloroquina. Os medicamentos, sem eficácia comprovada para covid-19 conforme experimentos feitos até agora, foram enviados principalmente ao Norte e Nordeste.

Depois de quase 11 meses de adoção dessa estratégia para enfrentar o novo coronavírus, as investigações sobre crimes e ilegalidades começam a deslanchar.

O ministro da Saúde, general da ativa Eduardo Pazuello, é investigado em inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) por omissão na crise de escassez de oxigênio no Amazonas. Quando faltava oxigênio, o ministério irrigou Manaus com 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina.

Um segundo procedimento, ainda preliminar, foi instaurado pela PGR para apurar a distribuição do medicamento no país. Já a Procuradoria da República no DF abriu um processo, na esfera cível, para investigar improbidade na distribuição de cloroquina. Para preservar provas, os procuradores fizeram download de vídeos em que Pazuello e Bolsonaro defendem o "tratamento precoce".

No TCU (Tribunal de Contas da União), uma auditoria apontou ilegalidade em uso de dinheiro do SUS para custear a distribuição da cloroquina. O entendimento dos auditores foi de que não existem aval da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para o fornecimento pelo SUS.

Como a cloroquina acaba sendo usada numa finalidade fora da descrita na bula, haveria necessidade de uma autorização do órgão regulador, segundo a auditoria do TCU. A Anvisa afirmou à reportagem que o registro da cloroquina no órgão se destina a tratamento de artrite, lúpus eritematoso, doenças fotossensíveis e malária. "Apesar de promissores, não existem estudos conclusivos que comprovem o uso desse medicamento para o tratamento da Covid-19", disse, em nota.

"Não há recomendação da Anvisa, no momento, para a sua utilização em pacientes infectados ou mesmo como forma de prevenção à contaminação pelo novo coronavírus", finalizou.

O Localiza SUS, ferramenta usada para atualizar os dados sobre ações na pandemia, informa que os comprimidos de cloroquina custaram R\$ 238,3mil. O valor, porém, está subestimado.

Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos O Exército, que produziu 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina a partir de solicitações dos Ministérios da Defesa e da Saúde, informou que o gasto com a produção foi de R\$ 1,16 milhão. O Laboratório Químico Farmacêutico do Exército fez pelo menos nove dispensas de licitação para adquirir insumos e o princípio ativo da droga.

Em outubro do ano passado, uma auditoria do TCU constatou que a produção do laboratório do Exército não levava em conta demanda e planejamento por parte do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. A falha tem "potencial de gerar dano ao erário, pois a produção pode exceder à necessidade do SUS e gerar acúmulo e vencimento de medicamentos", apontou a auditoria.

O Exército, em nota, negou essa possibilidade. Segundo a instituição, há 328 mil comprimidos de cloroquina em estoque, com vencimento em 2022. Na nota, o Exército dá a entender que não haverá uso do

medicamento para covid-19: "Será empregado para atender ao uso terapêutico do medicamento." O Laboratório do Exército é apenas executor e não decide sobre ampliação ou redução da produção, assim como não discute eficácia ou utilização. "Em relação à cloroquina, destaca-se que as quantidades produzidas foram distribuídas de acordo com as solicitações dos Ministérios da Saúde e da Defesa." Caixas de cloroquina foram transportadas em diferentes ocasiões pela Aeronáutica, especialmente para regiões mais isoladas, como comunidades indígenas na fronteira com a Colômbia e a Venezuela.

Segundo a Força Aérea, quem faz o planejamento é o Ministério da Saúde, que o repassa ao Ministério da Defesa. "A Força Aérea apenas cumpre a missão", diz a assessoria de imprensa.

O Ministério da Saúde editou um guia com orientações sobre o uso da cloroquina. Chegou a colocar no ar um aplicativo programado para ofertar o medicamento. E distribuiu a droga às cinco regiões do país. A pasta não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-6f350848b6612b5249daaa73cec0189b.pdf

Conciliação fiscal além dos números (2)

RICARDO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR é procurador do Município de Cuiabá e ex-presidente da União dos Procuradores do Município de Cuiabá (Uniproc)

A primeira imagem que vem à cabeça quando o tema se refere a mutirões fiscais realizados pelos entes públicos, basicamente é a dos números envolvidos. Inicialmente se busca averiguar o montante total arrecadado, a quantidade de acordos, execuções fiscais arquivadas e desafogamento do Judiciário, estoque da dívida ativa recuperada, dentre outros aspectos de suma relevância que permeiam as associações comumente realizadas por quem se debruça a enfrentar o tema.

Todavia, os programas de conciliação extrajudicial desenvolvidos vão muito além da simples questão aritmética, dado que possuem significativa conotação social, representando um importante mecanismo para o amplo exercício da cidadania. Pagar **tributos**, dentro de uma concepção purista e ideológica, nada mais é do que contribuir para que o Estado possa carrear recursos para atender as necessidades primárias de sua população mais carente, tais como, saúde, educação, moradia e segurança.

É nesse interim que repousa um dos maiores dilemas inerentes ao tema.

Frequentemente nos deparamos com questionamentos de contribuintes irrisignados em conciliar seus débitos de IPTU ou IPVA, por exemplo, sob a justificativa de que o valor arrecadado pelo ente federado não será reaplicado na pavimentação de sua rua ou para tapar os buracos ali existentes.

Em que pese a pertinência do silogismo, inclusive ao senso comum, que jamais poderá ser ignorado por qualquer intérprete do direito, fato é que a Constituição Federal veda a vinculação da receita de **impostos** a qualquer órgão, fundo ou despesa, salvo algumas poucas e específicas exceções. Trata-se de verdadeira expressão do princípio da justiça distributiva.

Ora, se os **impostos** são, por definição, espécie de tributo não vinculado a uma atividade estatal, com hipótese normativa atrelada à capacidade econômica do contribuinte, com muito mais razão deve ser franqueado aos gestores a aplicação do produto de sua arrecadação para custear as despesas em geral, sob pena de engessar em demasia as políticas públicas desenvolvidas, eventualmente prejudicando setores mais sensíveis da sociedade.

Em suma, o que se deve cobrar das autoridades envolvidas é a eficiência no trato dos gastos públicos e não necessariamente a destinação específica de um dado recurso. A adesão aos mutirões promovidos pelo poder público é, pois, instrumento fundamental para que se possa reduzir as desigualdades sociais e garantir a tão sonhada dignidade da pessoa humana para todos.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10476>

Governo enviará ao Congresso projeto que fixa ICMS

O presidente Jair Bolsonaro disse que deve enviar ao Congresso um projeto de lei complementar para fixar a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, sobre o valor do combustível aos consumidores. De acordo com ele, outra proposta é que o ICMS seja cobrado sobre o preço dos combustíveis na refinaria.

"Nós pretendemos ultimar um estudo e, caso seja juridicamente possível apresentaremos [o projeto] ainda na próxima semana, fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre os preços dos combustíveis nas refinarias ou que tenha um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas [de cada estado]", explicou o presidente.

Bolsonaro reuniu-se, na manhã desta sexta-feira, com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e diversos ministros para discutir o preço dos combustíveis e formas de reduzi-lo ao consumidor, em especial em decorrência dos impactos no transporte de cargas, que afetam os caminhoneiros. Desde o início do ano, a Petrobras reajustou duas vezes o preço da gasolina e uma vez o preço do diesel. No caso da gasolina, a alta acumulada nas refinarias foi de cerca de 13%, enquanto o óleo diesel teve aumento de 4,4%. Depois da definição dos preços nas refinarias, na composição final do diesel, por exemplo, cerca de 9% são **impostos** federais (PIS e Cofins) e 14% são de ICMS.

Congresso analisará projetos que tentam prorrogar auxílio

A prorrogação do auxílio emergencial deve ocupar o centro dos debates do Congresso Nacional nas próximas semanas. Enquanto senadores e deputados federais negociam com o Poder Executivo a inclusão do programa de forma definitiva no Orçamento Geral da União de 2021, uma série de projetos de lei "correm por fora" para tentar assegurar a extensão do benefício pago aos brasileiros mais vulneráveis durante a pandemia de covid-19. Após destinar R\$ 330 bilhões a 68 milhões de pessoas desde abril de 2020, o programa perdeu a vigência em janeiro e não foi renovado pelo Executivo.

O Senado e a Câmara analisam 14 proposições que pretendem prolongar o auxílio emergencial. São quatro matérias apresentadas por senadores e dez por deputados federais, que sugerem valores e prazos diferentes para a liberação do benefício. O mais recente deles é o Projeto de Lei (PL) 22/2021, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O texto prevê o pagamento de R\$ 600 durante quatro meses, com um impacto orçamentário estimado em R\$ 138,4 bilhões no período.

Randolfe sugere que parte do valor - R\$ 104,4 bilhões - seja coberto com uma redução de 30% em todos os incentivos tributários, financeiros e creditícios concedidos pelo Poder Executivo. "É evidente que, dada a situação atual de permanência da pandemia e da crise econômica, as famílias não podem ser abandonadas à própria sorte. O Estado brasileiro tem o dever de ampliar a proteção social e garantir a subsistência dessas famílias, evitando, assim, que milhões de brasileiros sejam empurrados para a miséria", argumenta.

O PL 5.584/2020, projeto de lei do senador Jaques Wagner (PT-BA), recomenda a prorrogação do auxílio de R\$ 600 por três meses. De acordo com o texto, o prazo poderia ser estendido por ato do Poder Executivo dependendo da evolução da pandemia e da vacinação contra o novo coronavírus. Para pagar a conta do benefício, Wagner defende a tributação em 15% sobre lucros e dividendos a partir de 2021. Segundo ele, a medida incrementaria a arrecadação da União em mais R\$ 50 bilhões por ano.

Os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Esperidião Amin (PP-SC) são autores do PL 5.495/2020, projeto de lei que estende o auxílio

emergencial até 31 de março. Eles defendem o pagamento de R\$ 300 a todos os que foram beneficiários do programa até janeiro, independentemente do número de parcelas recebidas. "A aprovação do auxílio emergencial foi um passo correto e essencial para darmos uma primeira resposta à crise que a pandemia acarreta. Mas, para combatermos os prejuízos econômicos que se estendem, faz-se necessário prorrogar o prazo inicialmente previsto. Não podemos cogitar de subitamente retirar das famílias a renda que até aqui garantimos", afirmam.

Câmara Quase todos os projetos de lei em tramitação na Câmara alteram a norma que criou o auxílio emergencial (Lei 13.982, de 2020). Das dez matérias apresentadas por deputados, cinco preveem a extensão do benefício até dezembro de 2021. São os seguintes projetos de lei: PL 24/2021, PL 72/2021, PL 121/2021, PL 130/2021 e PL 202/2021, apresentados, respectivamente, pelos deputados Delegado Pablo (PSL-AM), Léo Moraes (Podemos-RO), Boca Aberta (Pros-PR), Altineu Côrtes (PL-RJ) e Sidney Leite (PSD-AM).

Os valores dos pagamentos variam de R\$ 300 a R\$ 600. "Existe um custo fiscal elevado nessa ajuda na pandemia, mas ela é necessária para a crise que atravessamos. Não estender o benefício pode ser um desastre social para a população mais carente. Com o auxílio prolongado até o fim do ano, quase metade do seu custo total (45%) seria coberta pela elevação da arrecadação de **impostos** gerada pelo aumento da atividade econômica", justifica o deputado Boca Aberta.

O PL 5.514/2020 e o PL 58/2021, dos deputados Fábio Henrique (PDT-SE) e Wilson Santiago (PTB-PB), determinam o pagamento de R\$ 600 até junho. "Nas periferias do Brasil, sobretudo nas regiões mais pobres, a situação é extremamente preocupante, quando não alarmante! A maioria das pessoas vive da economia informal com dinheiro que recebem no dia a dia de suas atividades. São diaristas, comerciantes, pequenos agricultores, artesãos, marceneiros, motoristas de aplicativos. De uma hora para outra, perderam suas rendas e, desde 1º de janeiro, deixaram de receber o auxílio emergencial", explica Wilson Santiago. (Com informações da Agência Senado)

Salvação da economia em 2021 - ECONOMIA

RUBENS FROTA

Especialistas apontam que, para retomar o crescimento sem tropeços, o Brasil depende do setor de serviços em 2021. Alguns fatores serão determinantes para salvar a economia brasileira este ano: retomada firme de vendas e emprego em comércio, restaurantes, bares, salões de beleza, transportes e outros segmentos de serviços - setores que, assim como muitos outros, enfrentam o baque gerado com a pandemia do novo coronavírus. Não há outra saída para o problema dessas atividades a não ser a população imunizada contra o covid-19, ou, caso a vacinação seja lenta, a prorrogação do auxílio emergencial - hipótese, até o momento, negada pelo Governo, mesmo com a retomada avassaladora das infecções e mortes no País.

Segundo os especialistas, os setores da agropecuária e da mineração, que vendem grãos, carnes e metais para o exterior, devem ir bem neste ano. Mas são atividades que não possuem participação suficiente na economia brasileira para atuarem como motor de arranque nessa volta da pandemia. O crescimento do Brasil em 2021 deve ficar na casa de 3,5%, segundo o boletim Focus. Mas considerando que o **PIB** brasileiro deve ter fechado 2020 com uma retração de 4,5%, o avanço neste ano nem sequer recupera o terreno perdido no ano da pandemia. E o crescimento econômico do Brasil vai desacelerar em 2022, para 2,5%. Levando em conta que o mundo vai crescer, na média, mais de 5% neste ano, isso se torna ainda mais grave.

Quem ganha?

A solução proposta pelo Governo Federal de os estados fixarem o ICMS dos combustíveis não evita as oscilações dos preços - e nem os reduzir se feita a cobrança apenas na refinaria e não nas bombas. Os **impostos** integram o cálculo dos custos, o que determina o valor final. A redução dos **tributos** só aumentará a margem de lucro, mantendo os preços como estão ou continuarão subindo - a depender da demanda. No final das contas, só quem ganhará é o vendedor, com sua margem maior.

Peso no bolso O fato é que a demanda é crescente, e isso é facilmente identificado nas ruas e avenidas - cada vez mais esbarrotadas de veículos. Isso, além de

contribuir para manter ou elevar os preços dos combustíveis, tudo - ou quase tudo - tende a subir. Mas, havendo a ordem inversa de oferta e demanda, os preços começariam a baixar. Por outro lado, a fixação do ICMS menor linear - não somente para combustíveis - aceleraria esse barateamento das coisas. Mas abrir mão é complicado.

Pandemia e as dívidas tributárias Como parte do pacote anticrise implementado em 2020, o Governo deixou de cobrar R\$ 242,6 bilhões em débitos tributários inscritos na dívida ativa da União. O objetivo foi dar fôlego a empresas e pessoas impactadas pela pandemia do novo coronavírus. Assim como em outras medidas emergenciais, o Ministério da Economia não deu continuidade a essas suspensões em 2021 e iniciou a retomada das cobranças. No entanto, com setores ainda impactados pela crise sanitária e a retomada de parte das políticas restritivas em capitais, empresários cobram a reedição das medidas.

Abono Foi antecipado, para amanhã (9), o pagamento do Abono Salarial 2020/2021 para os trabalhadores nascidos em maio e junho que receberiam os valores devidos a partir do dia 17 de março. Com a antecipação do calendário, esses beneficiários receberão juntamente com os nascidos em março e abril. Mais de 7,5 milhões de trabalhadores terão direito ao saque do benefício nessa etapa do calendário, totalizando mais de R\$ 5,9 bilhões em recursos disponibilizados.

Construção O Índice Nacional de Custo da Construção, calculado pela FGV, registrou alta de 0,89% no mês de janeiro. A última vez que o referido indicador de custos setorial apresentou aumento nesta proporção, no primeiro mês do ano, foi em 2012. o custo com a mão de obra registrou incremento de 0,55%, maior alta desde julho de 2020 (1,37%). Dentre as capitais pesquisadas, Belo Horizonte (3,72%) e Salvador (0,67%) foram as que demonstraram as maiores elevações.

Tamanho limita mudanças

A possibilidade de que a reforma leve a um aumento dos **tributos** é citada por vários especialistas e gera preocupação sobre como serão os andamentos das discussões no Congresso.

Para o coordenador do curso de tributação sobre o consumo do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), André Felix Ricotta, o país deveria resolver primeiro outros gargalos.

"As propostas que foram apresentadas no Congresso não vão melhorar em nada nosso sistema. O que vai acontecer é o aumento da carga tributária. Precisariamos fazer outras reformas mais importantes e que deveriam ser consideradas prioridades, como a reforma administrativa, por exemplo. Ou seja, primeiro precisaríamos reduzir os gastos públicos e enxugar o tamanho do Estado, para depois discutirmos quanto teremos que arrecadar para mantê-lo", alerta Ricotta.

Ao analisar as três propostas que tramitam no Parlamento, Ricotta prevê embates complexos. "As duas PECs que juntam **tributos** estaduais e municipais, podem retirar a autonomia de prefeitos e governadores. A unificação da alíquota também vai gerar divergência.

O único benefício que vejo é a simplificação, mas o maior problema, que é a alta carga tributária, é que precisa de solução. O resto é perfume", conclui.

Site:

<http://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/156>

94

Gestão patológica (3)

No início da pandemia era comum ouvir gestores e formadores de opinião suscitando o dilema: salvar vidas ou salvar a economia.

Falso ou verdadeiro, o fato é que esse dilema foi pulverizado com o desenvolvimento das vacinas.

A vacinação em massa é a um tempo a solução para salvar o maior número de vidas e acelerar a retomada econômica.

Segundo estimativas da consultoria LCA reveladas pelo Estado, na mais otimista das hipóteses, se o Brasil vacinasse num ritmo similar ao de Israel - o país mais avançado na imunização -, cobrindo 70% da população até junho, o **PIB** poderia crescer até 7,5% neste ano.

Se esse patamar for atingido em dezembro, o crescimento deve ficar entre 3% e 3,5%.

Mas mesmo essa hipótese é otimista. A incompetência e a desídia do presidente Jair Bolsonaro e seu intendente no Ministério da Saúde, Eduardo Pazuello - que não apoiam as medidas de prevenção e os tratamentos no sistema de saúde -, são tão virulentas que estão infectando mesmo o sistema de imunização brasileiro, um dos mais reputados do mundo.

A campanha de vacinação no Brasil já começou com atraso, quando mais de 50 países haviam iniciado a imunização. "O que trava a vacinação no Brasil é a inércia do governo federal, que poderia ter comprado mais doses", disse o fundador da Anvisa, Gonzalo Vecina. Não bastasse a escassez de doses disponíveis, duas semanas depois, somente 22% delas haviam sido aplicadas, e os números revelam disparidades nos ritmos de vacinação no País.

Secretários de Saúde apontam que o número limitado de doses e a falta de clareza sobre o tamanho das remessas dificultam o planejamento. Além do risco de interrupções na vacinação, prejudicando a aplicação tempestiva da segunda dose, a escassez, aliada a falhas de logística, pode provocar o pior dos mundos: a combinação de uma imunização irrisória com a ilusão da imunização, levando muitas pessoas a relaxar as medidas de prevenção.

E o pior é que uma nova cepa do vírus, mais contagiosa e possivelmente mais letal, se dissemina pelo País.

O trágico é que à epidemia de covid-19 se sobrepõe uma epidemia de desinformação cujo foco mais deletério é o Palácio do Planalto e cujo exemplo mais emblemático é a campanha pelo tratamento precoce (com cloroquina ou outras drogas), para o qual não há comprovação científica. Recentemente, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, acusou aqueles que alertam sobre os riscos desse tipo de campanha de "politizar" a saúde sem conhecimento de causa. Mas uma pesquisa da Associação Médica Brasileira (AMB) mostra que a arrasadora maioria dos médicos (quase 80%) reprova a atuação do Ministério da Saúde.

Entre os quase 4 mil médicos ouvidos pela AMB, 32% se queixam da falta de profissionais; 27%, da falta de diretrizes e orientação; 20%, da falta de leitos; 16%, da falta de materiais de proteção; e 11%, da falta de medicamentos. Não bastasse a exaustão provocada por um combate sem tréguas contra o vírus, mais de 9 entre 10 médicos declaram que seu trabalho é prejudicado por interferências de fake news (do tipo que Bolsonaro promove ostensivamente), como o descrédito da ciência, a dificuldade de os pacientes aceitarem prescrições clínicas, o desprezo às medidas de isolamento ou a pressão para que sejam receitados medicamentos sem eficácia comprovada.

Não à toa, em toda a gestão de Pazuello a aprovação à atuação do Ministério da Saúde se manteve na casa dos 16%, quando à época de Luiz Henrique Mandetta (defenestrado por Bolsonaro justamente por se recusar a adotar protocolos sem comprovação científica) chegou a 72%. O descrédito se traduz em desesperança: se 99% dos médicos acham que deveria haver mudanças na Saúde do Brasil pós-pandemia, 73% não creem que os gestores e autoridades passarão a tratar as fragilidades do sistema de forma mais profissional e prioritária.

Mesmo que o presidente e seu intendente não venham a responder por sua incúria, quando forem convocados pelo inexorável Tribunal da História, não será pela falta de testemunho dos médicos que escaparão à condenação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os obstáculos para a retomada da economia - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

A economia brasileira começou 2021 sem o auxílio emergencial e com a vacinação em ritmo lento, o desemprego elevado e a inflação ainda pressionada. É um cenário que aponta para uma atividade fraca no primeiro trimestre, com provável queda do PIB em relação ao trimestre anterior. O auxílio, porém, deverá voltar, ainda que num valor mais baixo e por um período não muito extenso. A vacinação, por sua vez, vai avançar e, a depender do ritmo das imunizações, tende a permitir restrições menores à mobilidade, favorecendo o claudicante setor de serviços.

Nesse cenário, a economia pode voltar a ganhar algum fôlego daqui a alguns meses. Alguns fatores importantes, porém, jogam contra a retomada, como um mercado de trabalho fraco e pressões inflacionárias decorrentes principalmente da combinação de commodities em alta e do câmbio desvalorizado. Incertezas em relação à sustentabilidade das contas públicas enfraquecem a moeda brasileira, ao mesmo tempo em que mantêm os juros futuros em níveis elevados. Isso leva a uma piora das condições financeiras, prejudicando a recuperação.

O retomo do auxílio emergencial parece inevitável. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, que se opunha à medida, falou na volta do benefício na quinta-feira. Segundo ele, o novo auxílio será voltado para a metade do público-alvo da sua primeira versão - em alguns meses, chegou a quase 68 milhões de pessoas. O valor será menor que os R\$ 600 que vigoraram de abril a agosto de 2020 -e, na visão da equipe econômica, também inferior aos R\$ 300 do período de setembro a dezembro, além de um prazo curto, de três meses. No Congresso, as pressões devem ser um por um benefício maior e por um período menor.

Com a piora da pandemia e a vacinação lenta, a volta do auxílio é necessária para evitar uma perda de renda muito acentuada. O desafio é aliar o retomo do benefício -além de eventuais novos gastos com saúde- a um compromisso com a trajetória sustentável para as contas públicas. Na quinta-feira, Guedes atrelou a volta do auxílio a "um ambiente fiscal robusto", indicando que ela poderia ocorrer num quadro em que o Congresso acionasse o estado de emergência ou de

calamidade pública.

Com uma média de mais de mil mortos por dia, um cenário de excepcionalidade se justifica, e parece improvável que o retorno do auxílio ocorra dentro dos limites do teto de gastos. O estado de calamidade permitiria gastos acima do teto, assim como a abertura de créditos extraordinários. O Citi Brasil avalia que, dado o espaço limitado para corte de despesas discricionárias (como o custeio da máquina e investimentos), os gastos públicos devem superar o teto em 1 % do PIB neste ano.

No entanto, isso precisa ser feito com cautela, para evitar pressões adicionais sobre o câmbio e sobre os juros futuros. O ideal é adotar ao mesmo tempo medidas que enfrentem o crescimento das despesas obrigatórias. Versões mais robustas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial e da reforma administrativa ajudariam nesse sentido, ao combater a expansão dos gastos de pessoal. A questão é que o presidente Jair Bolsonaro resiste a bancar esse tipo de medida, e é difícil acreditar na disposição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de levar o Congresso nessa direção, que afeta os interesses do funcionalismo. De qualquer modo, é possível encontrar uma saída para financiar o auxílio emergencial e mais gastos com saúde sem que isso signifique o abandono do compromisso com a sustentabilidade fiscal.

Isso é fundamental para tirar pressão do câmbio, que segue volátil e desvalorizado. Um modelo dos pesquisadores Livio Ribeiro e Samuel Pessoa, do Instituto Brasileiro da Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), decompõe a variação do câmbio, considerando fatores externos (preços de commodities, o comportamento do dólar no cenário global e a taxa de dez anos dos títulos do Tesouro americano), a diferença de juros externos e internos e fatores locais (levando em conta o risco-país, mas expurgando a influência de fatores globais). Pelos cálculos de Ribeiro, a alta de 9% do dólar de 10 de dezembro do ano passado ao fim de janeiro deste ano, quando a moeda passou de R\$ 5,02 a R\$ 5,47, se deveu quase toda a fatores domésticos. Em texto para o Blog do Ibre, Ribeiro diz que o real "opera descolado do comportamento de seus pares desde o evento da covid, com reconciliações incompletas e pontuais

(principalmente em relação ao comportamento das moedas emergentes)". Segundo ele, há algo específico que "nos atrapalha" e, desde novembro, fica evidente que esse fator negativo é de responsabilidade do país. "O real tem operado sob fogo amigo e, enquanto isso não for resolvido, continuaremos não aproveitando bons ventos globais em sua totalidade. Ainda pior, quando os ventos inverterem, não estaremos bem posicionados para enfrentá-los", afirma Ribeiro.

No texto, o pesquisador do Ibre/FGV não aponta quais motivos domésticos seriam responsáveis por pressionar o câmbio-pelo modelo, os fatores domésticos são o "resíduo" não explicado pelos fatores externos e pela diferença de juros. As incertezas fiscais, em especial, ajudam a entender as pressões sobre o real, assim como possíveis dúvidas quanto ao ritmo de crescimento do país, devido à piora da pandemia e a vacinação lenta.

Num ambiente de alta dos preços das commodities, o câmbio desvalorizado é um fator que preocupa, por elevar a **inflação**. Em janeiro, o índice de Commodities do Banco Central, medido em reais, subiu 10,6%, a maior alta desde maio de 2020, como lembra o Bradesco. Com isso, avalia o banco, a **inflação** não deve dar alívio no curto prazo. "Se por um lado o aumento das cotações internacionais de produtos básicos, favorecido pela demanda chinesa aquecida, tende a continuar favorecendo as exportações brasileiras, por outro, tais cotações, quando mensuradas em reais, aumentam os desafios na condução da política monetária", afirma o Bradesco, em relatório.

O BC já indicou que deverá elevar os juros em breve. A persistência da combinação de commodities em alta expressiva e câmbio mais depreciado pode levar a instituição a aumentara Selic mais do que se antecipa hoje. Isso tenderia a colocar em risco uma recuperação que já é frágil. Além da volta do auxílio e de uma vacinação mais rápida, evitar pressões exageradas sobre o câmbio é importante para garantir a retomada da economia, num país que desde 2014 tem enormes dificuldades para crescer.

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186673

Independência do BC está nas mãos de Arthur Lira (3)

Países com bancos centrais independentes costumam ter **inflação** mais baixa e, conseqüentemente, economia com taxas de juros menores. Não se trata de coincidência: nas nações onde a autoridade monetária sofre interferência política, o custo de vida é mais alto, logo, o poder de compra da moeda é menor.

O que define a independência ou a autonomia formal (prevista em legislação específica) de um banco central é a fixação de mandatos para o presidente e os diretores da instituição, de preferência não coincidentes com o do presidente da República e durante os quais eles não podem ser demitidos. Hoje, presidente e diretores podem ser dispensados a qualquer momento, por decisão do chefe do Poder Executivo.

A maioria dos países que adotam o regime de metas para **inflação** tem banco central independente. O Brasil, que opera com esse regime desde meados de 1999, é uma das poucas exceções. O Banco Central (BC) brasileiro nasceu independente, em 1964. Três anos depois, porém, perdeu a autonomia formal, isto é, os diretores passaram a não ter mais mandatos garantidos em lei.

O BC é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia. Sua principal missão institucional, como determina a Constituição federal, é zelar pelo poder de compra da moeda nacional. Como o BC detém o monopólio da emissão de moeda, sua atribuição precípua não poderia ser outra, a não ser controlar a **inflação** para evitar que a variação altista dos preços reduza o valor da moeda, no caso, o real, diminuindo seu poder de compra.

Dentro do regime de metas para **inflação**, o Conselho Monetário Nacional (CMN), integrado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento (ambos, atualmente, integram a Pasta da Economia) e o presidente do Banco Central, define o objetivo inflacionário a ser alcançado dois anos à frente pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. O instrumento usado para alcançar a meta é a taxa básica de juros (Selic).

O regime de metas dá maior previsibilidade à gestão monetária. A sua adoção já deu ao BC uma certa autonomia, de caráter informal, uma vez que explicitou seus objetivos e o horizonte relevante da política

monetária, portanto, o prazo no qual a meta de **inflação** estabelecida deve ser alcançada. Ficou mais simples para a sociedade (e não apenas para o mercado) acompanhar o trabalho da autoridade monetária, que passou a atuar de forma muito mais transparente.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso (1985-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Michel **Temer** (2016-2018), o Banco Central operou com autonomia informal, mas não sem ruídos e alguns momentos de tensão. Na gestão Dilma Rousseff (2011-2016), por decisão deliberada da presidente, a autonomia acabou. Para que ninguém tivesse dúvida de quem mandava no BC, a então presidente chegou a declarar publicamente, na presença do então presidente da instituição, Alexandre Tombini, que não se combate **inflação** com aumento de juros.

Uma comparação do comportamento da **inflação** desde o início do regime de metas mostra que o IPCA, o índice oficial desse regime, foi mais alto durante o período em que o Banco Central não teve autonomia para calibrar a taxa de juros e, assim, usá-la no combate à carestia. Em 2015, a **inflação** chegou a dois dígitos (10,67%), superando em mais de seis pontos percentuais a meta oficial (4,5%).

O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem dedicado parte de seu tempo a convencer o governo para o qual trabalha e a classe política a aprovar lei que dê independência formal à autoridade monetária. Em novembro, o Senado aprovou projeto com esse objetivo e o entendimento, negociado na ocasião, era o de que o relator da matéria na Câmara, Cássio Malclaner (MDB-SC), adotaria, em sua integralidade, o texto aprovado pelos senadores. Com o acordo, para que a autonomia virasse lei, bastaria o projeto ser aprovado no plenário.

Ontem, porém, o novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu nomear novo relator-Sílvio Costa Filho (Republicanos-SE). Hoje, Lira vai reunir-se com Campos Neto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e Costa Filho, para tratar do tema. Se a mudança do relator representar, também, alteração do teor do projeto de independência, o BC permanecerá sem autonomia, um assunto que tramita no Congresso há mais de 20 anos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1

86673

Tereza torna-se opção para vice de Bolsonaro em 2022

Cristiano Zaia De Brasília

A articulação entre a cúpula do DEM e o governo nas eleições para as mesas diretoras do Congresso pode abrir caminho para a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ser considerada para a vaga de vice na campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro em 2022, afirmaram fontes ao Valor. Apesar da distância das eleições e do futuro do partido, o assunto já circula nos corredores do Congresso, na bancada ruralista e até entre aliados de Bolsonaro.

A vitória dos candidatos go-vernistas no Congresso demonstrou a força do governo e iniciou uma disputa pela vaga de vice. Bolsonaro tem sinalizado que não manterá Hamilton Mourão no posto. O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), também já declarou interesse em que o vice seja indicado por seu partido.

Deputada reeleita pelo DEM-MS em 2018, Tereza trabalhou, ainda que nos bastidores e de forma discreta e "sutil" - como é de seu perfil -, a favor da campanha de Lira para presidir a Câmara, atesta um interlocutor. Tereza também se licenciou do cargo de ministra para votarem Lira na semana passada. Apesar do bom relacionamento com o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), a ministra confidenciou a pessoas próximas se sentir desconfortável em apoiar o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), candidato de Maia, por conta da aliança com o PT, partido que dentro do setor de agronegócios sofre grande oposição.

Procurada pela reportagem, Tereza não quis se pronunciar.

Ela também vem se firmando como aliada política importante de Bolsonaro, com quem manteve conversas frequentes em janeiro sobre as eleições no Legislativo. Um auxiliar presidencial confirmou ao Valor que o nome da ministra chegou a ser cotado nos últimos dias pela cúpula do Palácio do Planalto para substituir o general Luiz Eduardo Ramos na Secretaria de Governo, que cuida da articulação com o Congresso, na próxima **reforma ministerial**. "Estava certo já, mas o governo resolveu pensar melhor", diz a fonte.

Por ter sido presidente da Frente Parlamentar da

Agropecuária (FPA), Tereza tem um bom trânsito entre congressistas da chamada bancada ruralista, formada por quase 300 deputados - a bancada votou em peso em Lira, apesar de seu ex-líder e o atual terem apoiado Baleia. E também tem bom relacionamento com parlamentares de diversos partidos, até da esquerda - antes de entrar para o DEM há três anos, Tereza foi do PSB. E já foi cogitada pelo governo até para a presidência da Câmara.

Nos últimos dias, chamou muita atenção de parlamentares e atores do jogo político na capital uma declaração do presidente nacional do DEM, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto, de que não descarta uma aliança com Bolsonaro nas eleições do ano que vem. E o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), defendeu que o partido apoie a reeleição de Bolsonaro.

A posição do político baiano foi lida nas entrelinhas como uma aproximação natural com o governo, que ajuda a explicar inclusive o desgaste interno do partido com Rodrigo Maia. E desagradou o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, que também é do DEM e do mesmo Estado que Tereza.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186673